



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1313/17	DATA: 14/09/2017	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 09h48min	TÉRMINO: 13h04min	PÁGINAS: 66

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA JOSÉ GAZZI SALUM - Diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia.

EDSON DUARTE - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

RENATA FURTADO - Coordenadora-Geral de Assuntos de Defesa Nacional do Gabinete de Segurança Institucional — GSI da Presidência da República.

MARCIO ASTRINI - Coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace Brasil.

KUTANAN WAIAPI WAIANA - Coordenador Executivo da APOIANP — Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Estado do Amapá e Norte do Pará e membro da APIB — Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

MALU RIBEIRO - Especialista em Água da Fundação SOS Mata Atlântica.

MICHEL DOS SANTOS - Coordenador de Políticas Públicas da WWF-Brasil.

SUMÁRIO

Debate sobre os efeitos do Decreto nº 9.147, de 2017, da Presidência da República, que extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados — RENCA, nos Estados do Pará e do Amapá.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Boa tarde.

Declaro aberta a presente reunião de Audiência Pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, destinada a debater os efeitos do Decreto nº 9.147, de 2017, que extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados, constituída pelo Decreto nº 89.404, de 1984, localizada nos Estados do Pará e do Amapá.

O requerimento para a realização deste evento é de autoria do Deputado Ricardo Tripoli, da Comissão de Meio Ambiente; dos Deputados Valadares Filho e Zé Geraldo e da Deputada Janete Capiberibe, da Comissão de Integração Nacional.

Convido o Deputado Ricardo Tripoli, que já está aqui ao meu lado, e o Deputado Valadares Filho, requerente desta audiência pública.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitindo ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora. Solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para suas intervenções.

Convido para tomar assento à mesa a Sra. Maria José Gazzi Salum, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Mineração do Ministério de Minas e Energia, representando o Ministro de Estado — a Sra. Maria José está a caminho e, assim que chegar, irá compor a Mesa; o Sr. Edson Duarte, Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, representando o Ministro de Estado; e a Sra. Renata Furtado, Coordenadora-Geral de Assuntos de Defesa Nacional, representando o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Obrigado, Edson. Obrigado, Renata.

Serão concedidos a cada convidado 15 minutos, e após as palestras iniciaremos os debates.

Lembro aos senhores que esta é a primeira Mesa. Em seguida será composta outra Mesa com representantes da sociedade civil.

Desde já agradeço a todos. Peço que cada convidado observe o tempo proposto para sua exposição. Há um cronômetro à esquerda do plenário para orientá-los nesse sentido.



Informo aos palestrantes, aos Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública, por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados. Os servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos nossos convidados e pelos Parlamentares ao final dos debates.

Aqueles que desejarem ter acesso à rede de Internet *wi-fi* podem retirar as senhas nas portarias da Casa.

O mês de agosto é conhecido como o mês do mau agouro, visto que, de acordo com a crença popular, é o período do ano indicativo de más notícias. Porém nem mesmo o maior dos pessimistas ou o mais desiludido cidadão brasileiro poderia pensar que terminaríamos o malfadado mês com uma catástrofe desencadeada pelo atual Governo. Refiro-me ao Decreto nº 9.147, de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e seus Associados — RENCA e deixou nossa Floresta Amazônica à mercê do capital, que destrói e persegue o lucro a qualquer custo.

Ora, na Amazônia, a ação minerária terá impactos ainda mais devastadores do que os efeitos normais dessa atividade na medida em que ocorrerá no coração da mais importante região florestal do mundo, isso sem contar os impactos nas comunidades indígenas que ali se encontram.

É verdade que o decreto não afeta diretamente o regime jurídico das Unidades de Conservação em terras indígenas da região; ou seja, a extinção da reserva mineral não faz com que sejam extintas as Unidades de Conservação em terras indígenas que a ela se sobreponha.

Contudo, o meio ambiente não é estanque como são as normas. Em outras palavras, o meio ambiente não obedece a fronteiras jurídicas ou delimitações administrativas. Acreditar que os efeitos da mineração se restringem ao perímetro da exploração é o mesmo que desconsiderar a ciência. Por exemplo, quando se degrada um rio, prejudica-se toda a região a jusante e até a montante do curso d'água. Os cidadãos ficam sem água, os peixes se acabam, as margens se assoreiam e assim por diante. Vejam a tragédia de Mariana, em Minas Gerais, que levou tristeza e dor para além da costa brasileira.



Assim, é inquestionável que a mineração trará um grande desequilíbrio ecológico, prejudicando a vida silvestre e, por conseguinte, causando inmensuráveis danos às comunidades indígenas, que do meio ambiente equilibrado dependem para sobreviver e são parceiras da conservação.

Nesse contexto, não é preciso muitas divagações teóricas para comprovar o óbvio, ou seja, para demonstrar que o Decreto nº 9.147 representa bem a ideologia reinante neste Governo: a ideologia do capital na frente de tudo e de todos; a ideologia que destrói o meio ambiente e que não respeita as populações indígenas ou qualquer outra minoria que ouse obstaculizar seus planos. Este atual Governo tem lado, e este lado não é o da preservação nem o lado da justiça social.

Concluo observando uma ironia do destino: o Decreto nº 9.147 foi promulgado no mesmo dia em que se comemora o aniversário do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Enquanto um dos institutos responsáveis pela preservação ambiental do País sopravam as velinhas, o Governo judas, liderado pelo grande traidor da Pátria, afiava o punhal para ferir pelas costas nossa querida Amazônia. Infelizmente, o atual Governo cada vez mais coloca em prática o que foi narrado pelo sertanejo Luiz Gonzaga, que na letra *Xote Ecológico* cantou a impossibilidade de se conviver com tamanha poluição e lamentou a morte do saudoso Chico Mendes.

De maneira ainda mais irônica, também em agosto faleceu o nosso “rei do baião”, que, das alturas, deve estar lembrando os atos destrutivos praticados pelo Governo atual que em nada contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e de respeito com nossa rica diversidade étnico-cultural.

Com mais esse desgosto, encerramos o mês de agosto. Contudo, nós vamos fazer desse limão uma limonada. Esse decreto serviu para mostrar mais uma vez de que lado o Governo está e para vivenciar a necessidade de proteção da nossa Floresta Amazônica, ameaçada por interesses espúrios. Dessa forma, o ato serviu para unir as pessoas de bem em torno de uma causa justa.

Diante disso, agradeço a todos pela presença e espero que esta audiência pública contribua para o debate e para que consigamos frear o impulso governamental de destruir aquilo que para nós possui um valor que vai muito além do campo econômico.



Quero agradecer ao Deputado Estadual Marcelino Galo, do PT da Bahia, a presença. S.Exa. é Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista.

Anuncio a presença da Deputada Janete Capiberibe, do PSB do Amapá, que também é requerente desta audiência pública.

Com muito prazer, eu vou passar a Presidência ao Deputado Ricardo Tripoli, para que S.Exa. dê sequência aos trabalhos. O Deputado Tripoli já foi Presidente desta Comissão, mas hoje está em outra tarefa também importante, como Líder do PSDB na Câmara Federal. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Bom dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Nilto Tatto, que, de forma cordial, sempre com presteza, designou a data de hoje para esta audiência pública, que nós entendemos de fundamental importância não só para a questão ambiental, mas também para todo o Brasil.

Primeiro, quero dizer que, sob o aspecto parlamentar, todos puderam notar que esta é uma reunião suprapartidária. Há aqui Deputados de vários partidos, o que é muito importante, pois demonstra que a nossa causa não é vinculada a um determinado partido político, mas a vários, porque quase todos os partidos políticos da Casa têm Parlamentares que se dedicam a essa causa.

Quero cumprimentar os meus colegas Deputados Valadares Filho, do PSB, Zé Geraldo, do PT, membro da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia — CINDRA, e Janete Capiberibe, do PSB, que, conjuntamente comigo, subscreveram a solicitação desta audiência pública, para ouvirmos o Governo Federal no que diz respeito às iniciativas que foram apresentadas durante a revogação desse decreto.

Cumprimento ainda todos os que vão fazer parte desta audiência pública. Como disse o Presidente, nós dividimos a audiência em duas etapas: na primeira etapa, ouviremos a área governamental; depois, ouviremos os representantes de organizações não governamentais, que também virão à mesa e farão suas exposições.

Qual é a nossa preocupação nos dias de hoje? Farei um breve histórico sobre o Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extinguiu unilateralmente a



Reserva Nacional do Cobre e seus Associados — RENCA, que foi criada em 1984, em uma área de 46 mil metros quadrados entre os Estados do Pará e do Amapá.

A RENCA engloba nove áreas protegidas: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá, a Reserva Biológica de Maicuru, a Estação Ecológica do Jari, a Reserva Extrativista Rio Cajari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d'Este.

Após o decreto, o Ministério de Minas e Energia daria início à segunda etapa do plano de exploração da RENCA, com a identificação de áreas com grande potencial de produção mineral, para fins de licitação pública.

Após forte reação da sociedade civil ao Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017 — inclusive, nós subscrevemos uma solicitação à Casa Civil para que revogasse esse decreto —, o Governo resolveu revogar o decreto anterior e explicitou a intocabilidade de Unidades de Conservação, áreas indígenas e fronteiriças, além de criar um comitê de acompanhamento, no âmbito da Casa Civil, no qual teriam assento os Ministérios envolvidos e os Governos do Pará e do Amapá.

Acredito eu que ainda falte ao Governo, se fizer estas audiências no âmbito governamental, solicitar que as ONGs ou a sociedade civil tenham também parcela de participação neste debate. Seria extremamente importante, de forma democrática, a manifestação de todos os agentes, ou atores, que estariam envolvidos nessa questão.

Existem hoje na área da RENCA 28 pistas de pouso clandestinas, cerca de mil garimpeiros ilegais, 416 processos de direitos minerários do DNPM sobrestados quanto à análise, sendo que 196 foram protocolados antes da demarcação da Reserva, em 1984, e outros 220 protocolados depois, que devem ser futuramente indeferidos.

Qual a argumentação jurídica?

Em 25 de agosto de 2017, solicitamos ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, a revogação do decreto que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e seus Associados, com os seguintes argumentos. Segundo o art. 24 da Constituição, inciso VI, compete aos entes federativos dispor sobre *“florestas, caça, pesca, fauna,*



conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”.

O art. 225 da Constituição, em seu § 4º, define a Floresta Amazônica como um patrimônio nacional, devendo ser utilizada “*dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais*”.

Há em praticamente toda a extensão da RENCA demarcações de terras indígenas e Unidades de Conservação ambiental (algumas caracterizadas como de proteção integral), nas quais são proibidas as atividades exploratórias e econômicas de qualquer natureza. Ademais, a experiência mostra que a exploração econômica traz adensamento populacional, conduzindo a uma situação de fato consumado, a pressionar futuramente a flexibilização do grau de proteção estabelecido, destoando, assim, dos preceitos constitucionais.

Em suma, essa realidade indica que qualquer iniciativa no sentido de se extinguir a RENCA demandaria uma análise técnica profunda e rigorosa, sucedida de um amplo debate público realizado entre todos os envolvidos.

Com base na própria competência legislativa atribuída ao Congresso Nacional, é crucial que esse debate seja travado no âmbito do Poder Legislativo, sendo realizado pelos representantes do povo e dos Estados envolvidos — obviamente, Câmara e Senado.

Eu vou adiantar um pouco o assunto. Baseado em tudo o que eu mencionei agora, a partir da nossa preocupação que, junto com a equipe técnica, nós sugerimos esta audiência pública, até porque várias informações sobre essa causa estão desconectadas. E é fundamental que haja um princípio de discussão em que nós possamos começar a montar esse painel, em se tratando de uma área do tamanho do Estado do Espírito Santo ou de alguns países da Europa ou da Ásia.

Enfim, isso é algo extremamente preocupante, que afeta a todos nós e diz respeito a uma série de compromissos que o Brasil subscreveu em vários acordos internacionais e que aqui obviamente coloca em xeque essa questão.

Por conta disso, com todo o respeito, agradeço a vinda dos representantes dos Ministérios, bem como dos representantes da sociedade civil, que estão abalizados e detêm conteúdo científico sobre essa questão.



Mas eu já vou adiantar, antes da fala de todos — obviamente, isso poderá ser complementado —, que eu estou apresentando proposições, indicações à Mesa desta Casa, de acordo com o art. 113 do Regimento Interno, sugerindo à Presidência da República a recomposição poligonal da RENCA, por meio de decreto, alterando seu propósito para preservação ambiental e demais providências contra as atividades clandestinas; segundo, regulamentar o previsto no art. 225 da Constituição Federal, no que tange à Floresta Amazônica como patrimônio brasileiro, definindo o regime jurídico do bioma Amazônia, dispondo sobre sua utilização e proteção da vegetação nativa, além de outras providências; a aprovação incontinentem da proposta do licenciamento ambiental — inclusive, fui o Relator dessa matéria — sem flexibilização do projeto atualmente acordado, pois que tal circunstância fragilizaria os mecanismos de monitoramento e controle das condicionantes em projetos de relevante impacto ambiental.

Assim sendo, vou rapidamente, até porque nós temos que ouvir aqueles que foram convidados para esta sessão, passar a palavra ao nobre Deputado Valadares Filho, que tem, obviamente, compromisso, mas por ter sido importantíssima a sua participação, e, repito, como somos de partidos diversos, é importante essa forma como estamos aqui conduzindo os nossos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Valadares.

O SR. DEPUTADO VALADARES FILHO - Bom dia a todos.

Cumprimento o nosso Presidente Ricardo Tripoli, Presidente neste momento desta importante audiência pública. Ele também autor do requerimento, cumprimento e saúdo todos os nossos convidados, agradecendo também a presença de todos, abraçando a Deputada Janete Capiberibe, também autora de um requerimento similar.

De forma muito objetiva, Presidente Ricardo, quero apenas parabenizá-lo pela iniciativa e dizer que é um assunto extremamente importante, não só para a questão ambiental em nosso País, mas também para a questão econômica do Brasil.

Os nossos convidados aqui poderão fazer uma ampla explanação das grandes dificuldades que podem ser estabelecidas através desse decreto, dos grandes desafios que nós temos ao combater esse tipo de ação do Governo Federal.



Então, eu quero dizer que esta audiência pública é de suma importância para que o Parlamento brasileiro se posicione firmemente sobre esse assunto. Eu tive a oportunidade de ver o trabalho de V.Exa. desde o início do anúncio desse decreto, e, sem dúvida, vamos poder aqui demonstrar o compromisso de Parlamentares e brasileiros com o meio ambiente no Brasil e também com o futuro da nossa economia.

Com essa breve saudação, quero mais uma vez agradecer a presença de todos os convidados e desejar uma boa audiência pública a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço a gentileza e ressalto a importância da participação do Deputado Valadares Filho, que vem sempre trazendo uma grande colaboração do nosso grande Estado de Sergipe. Ele pertence ao PSB.

Passo agora a palavra à nobre Deputada Janete Capiberibe, que é também proponente desta sessão.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Meu bom dia a todos. Bom dia à Presidência da Mesa, na pessoa dos dois Deputados que representam a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão da Amazônia; aos convidados que farão as suas exposições, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério do Meio Ambiente, o colega Edson Duarte, militante aqui da causa ambiental; à Sr. Renata Furtado, que representa o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e ainda aos representantes das organizações ambientalistas — é fundamental a presença dos senhores nesta reunião: Sr. Michel dos Santos, Coordenador de Políticas Públicas da WWF/Brasil; Sr. Marcio Astrini, Coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace/Brasil; Sra. Malu Ribeiro, especialista da Fundação SOS Mata Atlântica; o Sr. Kutanan Waiapi Waiana, Coordenador Executivo da APOIANP — Articulação dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará e líder indígena da Articulação Nacional dos Povos Indígenas — APIB do Brasil, que os representa não só no nosso Estado, Amapá, e no Norte do Pará, mas também em todo o País. Ele representa as populações lá no Amapá e Norte do Pará, os apalai ou aparai — nem sabemos direito como se fala, Kutanan —, acurió, waiãpi, uaiana, tiriíó, caxuiana, xikyana, caripuna, palicur, lá no Norte, no Amapá, calina e galibi-marvorno. É importante a sua presença representando todos



esses povos, em especial os povos da RENCA, que estão na invisibilidade para a população brasileira, como os waiãpi.

O *Fantástico*, da Rede Globo, mostrou durante um bom tempo os povos indígenas waiãpi, que têm sua área indígena demarcada, homologada, de uma forma avançadíssima, revolucionária. Ali os waiãpi fizeram a demarcação das suas terras, com o apoio de todas as outras etnias, todos os outros povos, principalmente do Oiapoque. Em vez de contratarem mão de obra de não índios para fazer a medição e toda aquela parte técnica, os povos do Oiapoque, os indígenas, junto com os waiãpi demarcaram as terras dos indígenas que estão na Pedra Branca do Amapari, Município no Estado do Amapá que também é abrangido pelo quadrilátero da RENCA.

Saúdo o Deputado Marcelino Galo, do PT da Bahia.

Seja bem-vindo, Deputado!

Deputado Ricardo Tripoli, Deputado Valadares Filho, lamento a ausência dos Ministros. Eu não digo que deveria vir a esta importante audiência pública o Presidente Temer. Ele está muito ocupado, cheio de problemas, o Brasil inteiro sabe. Inclusive há previsão de que seja julgada uma segunda denúncia aqui na Câmara. Nós votaremos favoravelmente à liberação da investigação e do julgamento do STF de um presidente da República que nos envergonha. Sinceramente a mim me envergonha ter um presidente que está aí no vaivém das operações da Polícia Federal, da Procuradoria-Geral da República. Que ele não venha, mas os Ministros deveriam estar aqui, em consideração a esta Casa.

Assim como a Reserva Nacional de Cobres Nacional de Cobres e Associados — RENCA, no Pará e no Amapá, foi criada da noite para o dia, entre quatro paredes dentro do Palácio do Planalto, ela foi extinta. Assim são decididas as políticas por este Governo, sem a participação do Congresso Nacional. Aqui está a representação de todos os partidos, eleitos pela população, eleitos pelos povos indígenas. Os uaianas têm um Vereador eleito pelo Município de Pedra Branca e, no Oiapoque, o Vice-Prefeito é um indígena tiriíó — tiriíó, não, porque os tiriíós estão no Parque do Tumucumaque —, ou melhor, um índio palicur. E há vários Vereadores indígenas no Município do Oiapoque.



Por que nós aprovamos esse requerimento para que acontecesse esta audiência pública neste momento? Porque consideramos exatamente que está incorreto o Governo definir, ali no Palácio do Planalto, um projeto de grande importância econômica, cultural, social para o nosso País. Deveria ter sido enviado um projeto a esta Casa. Assim, todos os partidos, todos os representantes — a Câmara e o Senado — debateríamos essa decisão com a participação da população brasileira.

Deputado Ricardo Tripoli, no avançar desta audiência pública, eu gostaria de projetar um mapa — a minha assessoria está providenciando — em que aparecem, nos Estados do Pará e do Amapá, o quadrilátero da RENCA e as áreas que são de domínio da FUNAI, do Parque Nacional do Tumucumaque, da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, é uma reserva de castanheiros que fornece o azeite da castanha do Brasil para a Natura, com o qual são fabricados produtos que nós, mulheres, usamos como cremes — e os homens também, eu acredito.

A FLOTA do Paru, a Reserva Biológica — REBIO do Maicuru, que também estão no Pará, a Reserva Extrativista — RESEX do Rio Cajari, que foi criada no período do Presidente Sarney e está no Amapá. A Estação Ecológica — ESEC do Jari está aqui em amarelo; a RENCA está neste quadrado e abrange grande parte da Terra Indígena Waiãpi. Não há pedido de licença para mineração na Terra Indígena Waiãpi, mas nas outras áreas preservadas há pedidos, sim, no Ministério de Minas e Gerais, como na Floresta Nacional do Amapá, onde há ocorrência mineral.

(Segue-se exibição de imagens.)

Se for possível, vamos projetar. Está ali. Nessa área vermelha, ocorrem pedidos de pesquisa e de exploração mineral no mapa.

Aí estão todas as áreas de preservação. A área da RENCA não deve abranger, porque ela já é área de preservação. Em vermelho, estão os índios waiãpi. Parte da sua reserva está nesse quadrilátero da RENCA. Em vermelho, estão as terras indígenas do lado do Pará, onde estão os uaianas e os aparais. Esses estão mais distantes de qualquer contato. Macapá, a Capital do meu Estado, é quem se relaciona e cuida desses povos indígenas no Parque do Tumucumaque.



Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, nós só conseguimos contato com esses indígenas no final de cada mês, quando eles vêm para receber pagamento. Enfim, os professores e o pessoal da saúde vêm e voltam. Então, eles estão muito distantes da visibilidade necessária. A *Globo* mostrou todo aquele garimpo com muitas pistas clandestinas. Antes da entrada da mineradora canadense, segundo informação, há 6 meses, está garantida uma viagem de uma delegação do Governo brasileiro à empresa canadense que virá explorar a mineração nessa região da Reserva Nacional do Cobre e Associados.

Então, é muito importante a realização desta audiência pública, porque o que nós vimos no *Fantástico*, no domingo, e me preocupou bastante, foi uma realidade que nós vivenciamos ao longo de todos os nossos mandados. Este é o meu quarto mandato. Nós vimos denúncia de populações indígenas sobre situações de exploração garimpeira iguais às que o *Fantástico* mostrou no domingo.

Nós temos que acionar a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a 6ª Câmara, para mandar retirar todo o equipamento, que é pesado, é grande. Como entra um equipamento daquele no meio da floresta em áreas preservadas nacionalmente ou pelo Estado? Se não for com ajuda do capital, do dinheiro, como você vai levar balsas imensas para regiões isoladas para explorarem minério, ouro principalmente? Como saem e chegam aviões dali, onde a floresta vem sendo impactada, derrubada, retirada pelos garimpeiros, que são o batalhão de frente das mineradoras? Eles vêm, desmatam, criam aquela atividade clandestina e depois se retiram. Aí entra a grande mineradora.

Nós já vimos isso de sobra em Roraima e no Amazonas, onde houve um dos maiores etnocídios com populações indígenas isoladas, da comunidade isolada conhecida como Flecheiros, de forma covarde — covarde! Um etnocídio de verdade aconteceu com essa população que faz parte do mosaico cultural, etnológico da população brasileira. Nós não somos só brancos, negros, pardos. Há os indígenas isolados, uma riqueza cultural imensa do nosso País. O tratamento dispensado a eles deveria ser diferente.

A Fundação Nacional do Índio — FUNAI não consegue mais realizar esse trabalho, porque ela foi esvaziada, sucateada em orçamento e em pessoal



especializado para a atenção e a relação com as populações indígenas que estão com as suas terras demarcadas ou estão isoladas ainda.

O companheiro Kutanan sabe que entre os waiãpis e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque estão indígenas isolados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Deputada Janete, eu só queria pedir a V.Exa. que encerrasse, para que nós pudéssemos dar palavra aos representantes. V.Exa. vai participar da Mesa. Eu acho que V.Exa. tem muito a contribuir, até porque é uma Deputada que representa uma das regiões impactadas. O Deputado Valadares vai ter que se ausentar porque vai viajar. V.Exa. pode vir compor a Mesa?

Eu já vou passar a palavra aos convidados e espero que V.Exa., ao término, possa obviamente não só dar continuidade, mas ampliar o assunto, o que para nós será uma grande contribuição, já que V.Exa., não só por já ter quatro mandatos, mas por ser representante de uma área altamente impactada por essa medida.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Está bom. Obrigada. Desculpem-me. Comecei a falar e me veio um filme à cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Estamos aqui juntos. A causa é a mesma. Entendo a sua emoção e a sua empolgação.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Vamos dar seguimento.

Serão duas Mesas. A primeira é esta. Agradeço ao Deputado Valadares, que vai ter de se retirar, mas participará da reunião posteriormente.

Vou passar a palavra agora à Sra. Maria José Gazzi Salum, que é Diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia, que, nesta reunião, está representando o Ministro de Estado.

A senhora dispõe de 15 minutos para sua explanação. Se houver necessidade, podemos prorrogar o tempo.

A SRA. MARIA JOSÉ GAZZI SALUM - Bom dia a todas e a todos.

Eu gostaria de cumprimentar os Parlamentares presentes, na pessoa dos Deputados Valadares Filho, que teve de se ausentar, Nilto Tatto, Janete Capiberibe e Ricardo Tripoli, e os demais representantes das organizações não governamentais que também farão parte deste debate.



Deputada Janete, eu vejo o seu entusiasmo em dar algumas respostas e também me entusiasmo, mas acho que teremos um tempo para isso posteriormente à minha fala.

A minha intervenção, então, será mais centrada e tentarei esclarecer o assunto. Agradeço por este momento de discussão que vai ao encontro daquilo que dará início a minha apresentação, a nota do Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, que dá legitimidade às manifestações da sociedade que ocorreram em todo o País. S.Exa. estabelece nessa nota o prazo de 120 dias para uma discussão ampla com a sociedade. Essa é uma primeira das muitas etapas que nós teremos para discutir essas questões.

Complementando a nota técnica do Ministro, realmente houve a publicação da Portaria nº 357, de 4 de setembro, na qual S.Exa. suspende a análise de todos os procedimentos administrativos na área da Reserva Nacional de Cobre e Associados — RENCA ou da extinta RENCA. Normalmente, esses procedimentos são feitos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral — o DNPM, em conjunto com a Secretaria. Isso está suspenso. Chamo a atenção para o que, nas considerações dessa portaria, está dito:

(...) que a análise dos processos minerários, em áreas passíveis de aproveitamento mineral, deve se dar apenas depois de encerrado o processo de discussão com a sociedade e de esclarecimentos sobre as condições que levaram à decisão de extinção da Renca e de acordo com os resultados desse processo (...).

Agradeço esta oportunidade. Nós estamos iniciando oficialmente, eu diria, este período de debates a que se propõe o Ministério de Minas e Energia.

Farei algumas colocações, procurando usar uma linguagem que não deixe de ter amparo técnico, mas que possa ser entendida pela população — nós temos uma audiência externa também —, sobre a questão da extinção da RENCA na visão do Ministério de Minas e Energia.

O decreto de 1984 tem o objetivo de trabalhar a pesquisa do potencial mineral do País em relação ao cobre. Se fizermos uma pesquisa, veremos que o cobre é um elemento que tem diversos usos. Ele é importantíssimo, de fato, para o



desenvolvimento de áreas como comunicação, transmissão de energia, obras civis, ou seja, na construção de uma infraestrutura do País.

À época, o Brasil importava 70% do cobre que ele já demandava. Durante muitos anos, o País continuou deficitário em relação ao cobre.

Na verdade, o decreto é mais um procedimento administrativo, porque ele não extingue aquilo que foi mostrado, inclusive pela Deputada Janete Capiberibe, que são algumas ações já realizadas à época, como requerimentos de pesquisa, etc. Trata-se de uma questão procedimental que dá exclusividade à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM, que é o serviço geológico do Brasil, para realizar a pesquisa mineral naquela área.

Esses estudos posteriormente foram mostrando que a área ainda teria que ser mais bem pesquisada em termos de cobre, mas que a questão do ouro ressaltava, embora houvesse minerais, como o fosfato, que chamamos de agromineral, importantíssimo para a fertilização de solos.

Em 1994, a CPRM foi transformada em empresa pública. A partir desse momento, aquela função de realizar pesquisa mineral deixou de ser a função primordial da empresa. Fazendo uma comparação, há o que é importantíssimo para o País, não só no aspecto mineral, mas também no aspecto do ordenamento dos territórios, no qual os desastres que ocorrem passam a ser os desastres naturais. A CPRM comanda todas essas áreas no País e tem parcerias intensas com o próprio Ministério do Meio Ambiente, atuando na área dos recursos hídricos, etc.

A partir deste momento, os estudos de viabilidade técnica e econômica de depósitos minerais deixam de ser uma função. A ideia do decreto era esta: fazer isso e depois negociar com a iniciativa privada — ele previa a entrada da iniciativa privada — esse portfólio de conhecimento, num estágio bem avançado, do estudo de viabilidade técnica e econômica desses depósitos.

O decreto determinou que a produção, a lavra só ocorreria a partir dessa negociação com a CPRM. Essa mudança dos objetivos da CPRM tornou toda essa área bastante nebulosa no que diz respeito aos procedimentos que deveriam ser feitos. A CPRM não teria mais pernas. Sabemos que os órgãos públicos ficaram, durante muitos anos, muito fragilizados com a falta de pessoal, de recursos humanos capacitados, etc. Então, essa área se tornou bastante nebulosa.



Essa falta da presença do comando e controle do Estado realmente favoreceu bastante as atividades ilegais de garimpagem de ouro. O Ministério de Minas e Energia, como gestor dos recursos minerais do País, obviamente entende que, com a garimpagem ilegal de ouro, está-se, na verdade, ferindo o conceito de minérios. A União faz a gestão, mas o subsolo, o minério é do povo brasileiro. Todos esses garimpos ilegais não trazem, de fato, à sociedade, às comunidades do entorno, à própria União e aos Estados e Municípios nenhuma vantagem. Isso é algo que nos preocupa bastante. Inclusive, uma das ações que constam da portaria do Ministro é a paralisação imediata desses garimpos.

No cenário pós-criação da RENCA, veio a criação de todas essas Unidades de Conservação. Uma única Unidade, a Estação Ecológica do Jari, no Pará, foi criada exatamente 1 mês após o decreto de criação da RENCA. Todas as outras Unidades foram criadas posteriormente ao decreto de criação da RENCA. Essas Unidades, quando somadas — contando com a parte em que elas se superpõem à RENCA e computando as Unidades como um todo —, totalizam 14,3 milhões de hectares. Então, parte da RENCA e do seu entorno têm hoje 14,3 milhões de hectares de áreas protegidas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse mapa mostra exatamente a superposição e o percentual de cada uma dessas Unidades dentro da RENCA. Chama atenção, por exemplo, a área com maior proporção dentro da RENCA, que é a Floresta Estadual do Paru. Ali está a relação da RENCA com essas Unidades de Conservação e com essas terras indígenas.

Os senhores querem que eu deixe esse mapa mais um pouco? Depois voltamos a ele, se for o caso, e a apresentação fica disponível.

Quero me referir ainda à justificativa da abertura do capital estrangeiro — da possibilidade, e não da exclusividade, obviamente —, como já foi comentado previamente, em muitos noticiários, para a pesquisa mineral nessa área. A princípio, a pesquisa mineral, que era de responsabilidade só do Estado, da CPRM, do Serviço Geológico do Brasil, a partir do decreto de extinção da RENCA, passou a ser aberta à iniciativa privada, seja para as empresas nacionais, seja para as



empresas multinacionais. Antes, era só a CPRM, mas agora a iniciativa privada começa a entrar nessa área também.

Só para informar, se nós pegarmos os 129 maiores países produtores minerais, veremos que 129 deles utilizam esse modelo de entregar a pesquisa mineral para o comando e o controle do Estado — a faixa seguinte é exatamente sobre isso.

Por uma razão muito simples, a pesquisa mineral é uma atividade de altíssimo risco de capital. Para os senhores terem uma ideia — isso é uma pesquisa do Instituto Fraser —, para cada mil áreas pesquisadas, duas são positivadas. O que chamamos de áreas positivadas? São áreas com potencial para exploração, mas apenas uma delas vira, de fato, uma mina, dada a saída de uma fase de pesquisa mineral para que aquilo vire uma mina. Essa é a razão pela qual basicamente todos os países utilizam esse modelo. Até aqueles que têm suas empresas de produção mineral e estatais fazem uso desse tipo de modelo.

As autorizações de pesquisa são concedidas pelo DNPM e passam necessariamente pelo controle dos órgãos ambientais competentes. A ocupação de áreas pela iniciativa privada — há histórico sobre isso —, legitimamente autorizadas pelo Governo, afasta a garimpagem ilegal.

Eu prefiro já responder à colocação da Deputada Janete.

Há um grande conflito entre garimpos ilegais e empresas de mineração. Pela nossa legislação, para que a cessão parcial seja legal, tem que haver autorização. Para isso, tem que haver um título, tem que haver um local para fazer a extração. Então, às vezes, há sempre um grande conflito. Tentamos não resolvê-lo, porque, pela nossa legislação, isso acontece entre as partes. O garimpeiro busca formalizar junto às empresas de pesquisa mineral na cessão parcial de área.

Obviamente, há, sim, o lado econômico. A pesquisa mineral é responsável por bilhões de investimentos de capital no mundo: 9,6 bilhões em 2015. Esse é um dado.

O Brasil recebe 3% dos investimentos mundiais em pesquisa mineral, mesmo considerado como um país com alto potencial para minerais; o nosso vizinho Peru, 6%; o Chile, cuja gama de minerais é muito restritiva, 4%; o Canadá, 16%; Austrália, 14%. Isso só para dar alguns números que nós não temos recebido. A pesquisa, que



inclusive traz esses números, mais uma vez, do Instituto Fraser, é muito clara em dizer que a alegação é de que não existe uma segurança jurídica, às vezes política também, para investimentos no País. Caso uma das áreas pesquisadas se torne foco de produção mineral, isso importa, sim, em *royalties*, além dos impostos, que retornarão para a União, os Estados e os Municípios, que é o que não ocorre com atividade ilegal.

Alguns marcos importantes do Decreto nº 9.187 que extingue a RENCA no sentido socioambiental, repetindo o que já foi falado: nenhuma atividade mineral em terras indígenas, nenhuma atividade mineral em unidades de conservação de proteção integral. Aí incluímos uma que, pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza — SNUC, embora seja de uso sustentável, é expressamente proibida: a atividade de mineração nas reservas extrativistas.

Nas unidades de conservação de uso sustentável as atividades minerais respeitarão rigorosamente os seus planos de manejo. O decreto também cria o Comitê de Acompanhamento das Áreas Ambientais, sobre o qual um pouquinho mais à frente eu falo. Restam na RENCA, hoje, de áreas passíveis, teoricamente, as unidades de uso sustentável, que não têm uma restrição legal: Floresta do Amapá, Floresta do Alto Paru, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru.

Eu já coloquei dois riscos ali porque essas duas florestas, no conceito do próprio decreto, não serão alvo das pesquisas minerais, etc. A Floresta do Amapá prevê a mineração, mas em duas áreas, em duas zonas apropriadas para isso. Nenhuma delas incide sobre a RENCA. Então, está excluída a floresta do Amapá, bem como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável — RDS, porque, na verdade, não tem plano de manejo. Se ela não tem plano de manejo lá, também não terá autorização de pesquisa. Resta, portanto, a Floresta Estadual do Paru, que prevê a mineração.

O próximo eslaide mostra a reserva do Paru. Ali ao lado está o mapa dessa reserva. As áreas que são consideradas no plano de manejo de Paru como passíveis de mineração ou de atividades minerais — atividade de pesquisa é diferente — somam um total de 100% da área de 46 milhões de hectares da RENCA. O percentual da RENCA na FLOTA Paru, passível de atividades minerais, representa 18,22% do que era originalmente a RENCA. Existe uma área livre ali no



mapa, aquela clara, quase branca, que representa 2,31% do total da RENCA. Arredondando esses enormes números de hectares, isso soma uma área em torno de 21% da RENCA para ser minerada.

A pressão da pesquisa mineral sobre comunidades tradicionais, povos indígenas e meio ambiente é razão de preocupação sem dúvida alguma. Isso já foi colocado aqui, está na mídia e com muita razão.

Pesquisa mineral e meio ambiente. Os métodos utilizados são usualmente considerados como de baixo potencial poluidor. Eis as razões disso: as amostragens de material são pequenas; as estruturas não são permanentes, são removíveis; a necessidade de infraestrutura para viabilizar a pesquisa mineral é pequena — energia, água e uma via que não precisa ser pavimentada — e, eu diria, facilmente adaptável às condições locais. Então, não há nada de construção permanente na pesquisa mineral.

Sobre a pesquisa mineral e a pressão sobre as comunidades, vale dizer: é pequeno o número de pessoas envolvidas nos trabalhos, e a locação dos trabalhadores normalmente é feita em acampamentos ou em pequenos hotéis onde é possível acolhê-los.

Mais duas questões importantes: a temporalidade dos trabalhos, que é, em média, de 6 anos a 8 anos, e o alto nível de insucesso da pesquisa mineral são fatores que contribuem para o baixo impacto social e ambiental da pesquisa mineral. É diferente de quando falamos da lavra. Aí, sim, não há como não considerar significativos esses impactos sobre o meio ambiente, mas, no caso específico do meio ambiente, eles são controlados, minimizados ou mitigados diante de rígidos e complexos processos de licenciamento ambiental que incluem, além das condicionantes e compensações ambientais — são sempre as duas coisas, condicionantes e compensações —, aquelas de natureza social, mesmo sendo feito pelo órgão ambiental.

Existe a pressão indireta, também já colocada aqui. Realmente, a mineração pode atrair pessoas em busca de trabalho, renda, melhores condições de atendimento à saúde e de infraestrutura que são oferecidos de fato pelo empreendimento mineiro. As pessoas vão em busca disso em regiões mais



distantes e isoladas. E pode atrair também cadeia de fornecedores, prestadores de serviços, etc.

Então, no caso da RENCA especificamente, o que nós, como Ministério, entendemos sobre o nível de proteção hoje existente é que, se uma mina vier a se instalar lá, as pressões indiretas da atividade estão de certa forma salvaguardadas pelas restrições impostas pelas próprias Unidades de Conservação. Neste momento, eu ressalto a importância do Comitê previsto no decreto para acompanhar todas as questões ambientais. É nesta circunstância que ele realmente pode entrar.

Na visão do Ministério de Minas e Energia, a extinção da RENCA permitirá: o comando e o controle do Estado na região por um processo criterioso de admissibilidade ou não da atividade mineral; a inibição de atividades ilegais; o aumento do conhecimento do potencial mineral do País — eu acho que o povo brasileiro tem que saber disso; a possibilidade de investimento de vulto numa atividade de alto risco de capital e de baixo impacto social e econômico — pesquisa mineral; a possibilidade de produção mineral que contribua para o desenvolvimento local e regional sustentável.

O Ministério de Minas e Energia vê como fundamental a atuação do Comitê de Acompanhamento das Áreas Ambientais da Extinta RENCA — que é como está no decreto —, atribuindo a ele, no nosso entendimento, um espectro de atuação que perpassa apenas as questões ambientais, estendendo-se às questões sociais e culturais esse monitoramento.

Com a extinção da RENCA, o Ministério de Minas e Energia coloca para o setor de mineração o desafio de inovar no estabelecimento de procedimentos e processos bastante inovadores que contribuam de fato para a sustentabilidade da área da extinta RENCA.

Era só isso. Peço desculpas, Deputado, se eu me alonguei muito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu agradeço à Dra. Maria José Gazzini Salum.

Antes de passar a palavra ao sempre Deputado Edson Duarte, que hoje é Secretário do Ministério do Meio Ambiente, quero fazer uma pergunta à Dra. Maria José.



Pela exposição que a senhora fez e pelo que eu entendi, 21% da área é atingida pelo decreto. Eu fiz uma conta rápida aqui. Seriam em torno de 9 mil quilômetros e não 43 mil quilômetros. Por qual motivo o Governo Federal resolveu revogar o decreto se o objetivo eram 9 mil quilômetros e não 43 mil quilômetros? Da maneira como a senhora coloca, obviamente muito bem elaborado o critério e tal, qual a motivação do Governo para essa liberação, o que criou um certo pânico em toda a sociedade brasileira?

A SRA. MARIA JOSÉ GAZZI SALUM - Talvez isso pudesse ter sido colocado de outra forma. O decreto tentou dizer isso, mas, na verdade, o que acontecia, Deputado, com a existência do decreto é que não se poderia ter uma pesquisa mineral nesses 21% de área, porque essa exclusividade foi dada à CPRM, que não exerce mais essa função.

Dessa forma, não poderia existir nenhum investimento de capital, seja nacional, seja internacional, seja o que for, na área porque não podia. Nesse sentido, se ele disse que vai respeitar todas as terras indígenas, unidades, etc., é mais por uma questão processual do que propriamente por uma questão de extinguir alguma área ou reserva pretendida.

Então, é porque só a CPRM poderia fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Edson Duarte, Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, para a sua exposição.

O SR. EDSON DUARTE - Bom dia a todas e a todos.

Eu cumprimento o Deputado Ricardo Tripoli, a Deputada Janete Capiberibe e todos os proponentes desta audiência pública. Cumprimento a Sra. Maria José e a Sra. Renata Furtado, representantes de órgãos do Governo Federal. Cumprimento, com muito prazer, o Sr. Marcio Astrini, o Sr. Michel dos Santos e a Sra. Malu Ribeiro, representantes da sociedade civil que têm dado grandes contribuições, sempre movidos pela boa-fé, por boas intenções, no sentido de colaborar. Cumprimento o Sr. Kutanan Waiapi Waiana, representante indígena e dirigente da APOIANP — Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará, e saúdo, com prazer, as pessoas que já conheço há muito tempo. Por fim,



cumprimento o Deputado Marcelino Galo, nosso conterrâneo, a ex-Deputada Bete Wagner, que vêm da Bahia, e todos os presentes nesta audiência.

Registro a presença do Sr. Jair Schmitt, Diretor do Departamento de Florestas e Combate ao Desmatamento da Secretaria de Mudança do Clima e Florestas, e do Sr. Paulo Carneiro, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio — Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Tendo cumprimentado todos os presentes, quero dizer da minha satisfação de ter recebido este convite, é uma alegria estar aqui. Quem já foi Parlamentar ou simplesmente é um brasileiro que gosta do debate entende a importância de momentos como este. Então, eu me sinto feliz por estar aqui participando deste debate e desta discussão.

As manifestações e as reações que ocorreram pelo Brasil após a publicação do decreto, especialmente nas redes sociais e em todos os espaços que houve manifestações, encheram-me de muito orgulho e de muita alegria como brasileiro. Eu acho que a afirmação de um país democrático começa a se consolidar com essas reações, negativas ou positivas, que ocorrem a partir de iniciativas governamentais.

Essa reação é algo que mostra que o Brasil está caminhando firmemente, pela vocação democrática que tem, para se consolidar como uma grande Nação. Então, eu vejo essa reação como algo positivo. E, a partir dessa reação, dispersa como ela é, natural como ela é, começam a se consolidar discussões em ambientes como este, em audiências públicas como esta.

Essas audiências são uma oportunidade de ouvirmos, de forma muito clara e pontuada, as críticas, as posições, para saber o que é gordura, o que é exagero, o que é fato, o que é real, até para que a crítica possa servir de base para reformulações que são necessárias e perfeitamente naturais em qualquer regime democrático.

Portanto, volto a frisar a importância deste evento, deste momento que nós estamos vivendo aqui. E eu espero que haja muitos outros até porque acho que este debate não vai se esgotar aqui diante dos desafios que nós temos pela frente.

Todas as atividades potencialmente causadoras de impacto ambiental, sejam elas públicas, sejam elas privadas, são objeto da nossa preocupação no Ministério



do Meio Ambiente. É nosso dever e é nossa preocupação cuidar de tudo aquilo que é federal e de tudo aquilo que está dentro da estrutura federativa do País, dentro da estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente — SISNAMA, seja para esse decreto ou qualquer outro, seja para qualquer outra ação.

Esta é a nossa vocação natural na condição de Ministério. Somos nós que temos a *expertise* ambiental para dizer: “*Olha, pode haver risco*”. Nem sempre somos os donos da verdade, mas temos o dever de buscar aperfeiçoar esses instrumentos. Nem sempre acertamos, mas isso também é fruto do processo natural da governança, da gestão e do processo democrático.

Pois bem. Nós do Ministério do Meio Ambiente, que temos trabalhado intensamente em busca daquilo que chamamos de desenvolvimento sustentável, temos para a Amazônia uma posição muito clara em relação aos efeitos motivadores do desmatamento que ocorrem naquele patrimônio que não é só nosso como brasileiros.

Em torno de 90% do desmatamento que ocorre naquela região têm sua origem na atividade ilegal, que alguns chamam de clandestina. Repito: em torno de 90% do desmatamento têm origem na atividade ilegal. Dessa atividade ilegal, algo em torno de 60%, logo depois do desmatamento, têm origem na atividade pecuária — criação de gado e pastagem. Parte disso acaba se transformando em atividade agrícola lá na frente: uma parte é abandonada; outra parte espera para ver o que vai acontecer com a fiscalização; e uma parte muito pequena, muito periférica, é motivada pela mineração. Desta forma, buscar a legalização das atividades econômicas na Amazônia, como em todos os biomas do País, é uma estratégia para o combate ao desmatamento.

O desmatamento está na atividade ilegal. O desmatamento nos preocupa, porque ele não manda recado, não pede licença, não manda aviso. O desmatamento aparece quando o dano já está causado.

Apesar de se tentar reverter ou impedir que o dano continue, mesmo depois de uma operação que é cara, porque é uma atividade de ação policial, de deslocamento numa região gigantesca, há uma atuação naquele local, os desmatadores retornam, e o dano continua. Há um esforço gigantesco, numa parceria, inclusive com índios, comunidades tradicionais e Governos locais no



sentido de haver sistemas de alerta, além dos sistemas de monitoramento por satélite, para tentar acompanhar e agir no início do ato do desmatamento.

Isso eu considero importante, porque toda e qualquer ação que busque a legalidade nos dá a oportunidade de dizer: *“Isso pode”* ou *“Isso não pode”*. E, se pode, qual o menor dano a ser causado? E desse menor dano causado, o que fazer para revertê-lo ou compensá-lo?

Nos nossos gráficos, nessas ações legais ocorridas, inclusive em áreas da Floresta Amazônica, vemos que o impacto tem sido muito baixo.

Para nós, do Ministério do Meio Ambiente, o trabalho de comando e controle que temos feito na Amazônia e também em outros biomas não resolve. Está claro que nessa guerra brigamos, brigamos e brigamos, mas só comando e controle não ganharão a guerra contra o desmatamento dos biomas brasileiros, especialmente na Amazônia. Para nós, é preciso uma ação combinada. Comando e controle, sim, sempre vão ser necessários, mas é preciso uma política forte, legal, de desenvolvimento sustentável daquela região, que valorize a floresta em pé, as atividades que possam causar o menor dano possível, que possam garantir, sim, o desenvolvimento daquela região, garantir paz e qualidade de vida às pessoas que ali moram, sejam nativos, sejam pessoas que foram naturalizadas, sejam aqueles que estejam em regiões remotas ou em grandes centros urbanos.

Nós do Ministério do Meio Ambiente não somos contra isso. É loucura alguém imaginar algo dessa natureza. Não somos contrários a isso! Porém, tem sido intensa a nossa busca pela afirmação de uma política positiva de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o Ministro tem incentivado todas as ações de financiamento, de apoio, de listas positivas e de mobilização de diversos atores, órgãos públicos e privados, de modo a apoiar ações locais que valorizem a preservação ambiental.

Nós estivemos com o Ministro Sarney Filho e com todos os secretários e dirigentes das unidades vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente. Visitamos todos os Estados. Conversamos com todos os Governadores, com Deputados Estaduais e com secretários. Discutimos com eles uma política de parceria na busca de um desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, do fortalecimento de comando e controle.



Nessa ação de comando e controle à qual me refiro, o Ministro e nós todos do Ministério, desta gestão, trabalhamos intensamente. Essa foi a primeira ação para recuperar as condições de trabalho dos órgãos de fiscalização da forma que nós encontramos quando lá chegamos.

Nesse período em que o Ministro está à frente do Ministério, apesar de toda a crise econômica que se abate sobre o País, sobre o Governo e sobre as contas públicas, ele conseguiu, com o apoio do Presidente da República, preservar a atividade de fiscalização do IBAMA e do ICMBio como uma atividade que não só preservou, mas também aumentou o seu orçamento, numa curva completamente diferente de todas as outras atividades públicas.

Numa série histórica de 12 anos, nós, em 2017, sem ainda terminar o ano, estamos com o indicativo de superar todo o orçamento de fiscalização de 2011 para cá.

O curioso é que, quando o orçamento para a fiscalização cai, o desmatamento aumenta. Há uma relação direta entre condições de fiscalização e desmatamento na Amazônia. Isso ocorre também em outras regiões do País, mas há uma associação direta.

Dessa forma, a estruturação e as condições de trabalho nos órgãos de fiscalização, como é o caso do IBAMA, foi a prioridade número 1 dentro do Ministério.

Mas não houve só isso: o Ministro estabeleceu contato e restabeleceu a articulação com os Governos Estaduais, chamando-os para essa parceria, entendendo que o IBAMA sozinho não tem condições de fazer essa fiscalização num patrimônio gigantesco como o da Amazônia sem a participação dos Estados.

E eu me refiro não só à ação policial, mas também ao controle, à emissão das licenças, das autorizações de supressão vegetal. Aliás, a maioria é feita pelos Estados. Os Estados registram em torno de 1% de autorização legal.

Assim, esse controle do que está sendo autorizado para que possa haver uma ação de polícia ou uma ação de governo ou de Estado torna-se extremamente difícil sem essa parceria, que é a parceria que nós estamos resgatando, com todas as dificuldades políticas.



Quando se desce na hierarquia da política nacional, a pressão política e econômica é terrível. E ela é feita no sentido de impedir toda e qualquer regulamentação, entendendo-se que isso cria dificuldades para a expansão da atividade econômica.

Mas o Ministro buscou estabelecer parceria não só com os órgãos públicos, mas também com ONGs, organizações da sociedade civil, entidades ambientalistas e indígenas.

O Ministro também apostou, e está apostando muito, no avanço tecnológico, que está acontecendo no controle por satélite e no monitoramento do desmatamento, que tem sido feito com uma precisão cada vez maior. Isso vale não só para a Amazônia, porque isso está se ampliando agora para outros biomas, como é o caso do Cerrado.

Durante a gestão, apesar de toda a pressão... Os Deputados e aqueles que compõem esta Casa e convivem aqui dentro sabem o que é pressão sobre área ambiental. A transversalidade ambiental que todos nós que estamos aqui tanto defendemos ocorre sempre, ou geralmente, no sentido inverso, de fora para dentro. Tudo se justifica com o discurso de se gerarem emprego e renda — tudo se justifica. Então, há uma pressão grande sobre a questão ambiental. Mas posso assegurar, temos dados e números, que não houve retrocesso ambiental nessa gestão.

Rapidamente vou elencar ações desta gestão.

Promovemos a abertura do diálogo com os Governos e com a sociedade civil na área ambiental. Esse diálogo estava fechado, e nós o reabrimos.

Fizemos o arquivamento do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Pará, um marco histórico.

Com o BNDES, promovemos o desestímulo às usinas termelétricas movidas a carvão mineral e óleo combustível e o incentivo a fontes limpas e renováveis. Realizamos o fechamento da Usina de Candiota, no Rio Grande do Sul, a maior usina termelétrica a carvão do País.

Demos velocidade à fase de povoamento do CAR — Cadastro Ambiental Rural, que está praticamente concluída, passando para as etapas seguintes agora. Isso vai nos permitir utilizar esse instrumento, que são os dados do CAR sobre o povoamento, de diversas maneiras.



Ratificamos de forma célere, marcando novamente a presença do Governo Federal, o Acordo de Paris. Isso ocorreu com a ajuda e a participação desta Casa, inclusive dos Deputados que estão nesta Mesa, mas com apoio do Governo Federal e do Presidente Temer.

E mais: criação do Refúgio de Vida Silvestre no Arquipélago de Alcatrazes, no litoral norte de São Paulo; ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, uma antiga reivindicação, uma área que passou de 64 mil hectares para 240 mil hectares; ampliação da Estação Ecológica do Taim; ampliação da Reserva Biológica União; criação do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, na região de Carajás, na Amazônia, entre outros, perfazendo quase 400 mil quilômetros quadrados de áreas novas; em fase final, já bastante adiantada, criação e ampliação de novas áreas que chegam a quase 3 milhões de hectares em Unidades de Conservação; lista dos Municípios prioritários para o combate ao desmatamento, o que permite uma série de ações políticas localizadas. Como eu disse, ação de inteligência no combate ao desmatamento, verificar onde está acontecendo o desmatamento e mobilizar todas as ações de Estado, de Governo e de polícia nessas áreas para combatê-lo.

Há também algo em que nós estamos trabalhando e que já está bastante adiantada: a lista positiva. Espero que os Municípios que estão fazendo o dever de casa, que têm suas áreas de preservação conservadas, tenham um olhar diferenciado do Governo, como um estímulo à política preservacionista que eles estão fazendo.

O Ministro criou o Comitê Permanente de Coordenação sobre Desmatamento, que unifica todas as áreas do Ministério, integrado com o Fórum de Secretários do Meio Ambiente da Amazônia Legal. Estamos para enviar a esta Casa, já terminou a fase de consulta pública, a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que é um problema grave neste momento. Precisamos de uma política nacional que unifique as ações federais, estaduais e municipais.

Inauguração do Complexo Paineiras-Corcovado no Parque Nacional da Tijuca; avanço nas estratégias para fortalecer o turismo ecológico e sustentável nos parques; aumento de 20% da área total de florestas federais em regime de concessão; assinatura com a Alemanha do aditivo de 10 milhões de euros ao



Contrato de Contribuição Financeira no âmbito do CAR; lançamento do Projeto Corredores Ecológicos; assinatura do Projeto de Reintrodução de Animais Ameaçados, como é o caso da ararinha-azul lá na nossa Bahia; retomada do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas; assinatura do Termo de Ajuste Complementar do Acordo de Cooperação Brasil-Alemanha para a gestão integrada da biodiversidade marinha e costeira; SINAFLOR — Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais; e uma lista de avanços mostrando que não houve retrocessos na área ambiental.

Presidente Deputado Tripoli, eu quero encerrar dizendo que este debate que aqui ocorre nos traz e deve nos trazer elementos importantes para esta discussão. Nós do Ministério do Meio Ambiente e do Governo Federal estamos abertos ao diálogo.

A decisão de suspender a efetivação do decreto, dando à sociedade oportunidade de ser ouvida, como disse aqui a Sra. Maria José, é um gesto de grandeza, é um gesto importante e estratégico. E, dentro desse espaço e dessa abertura dada para a continuidade do diálogo, é que se inserem as contribuições que serão dadas aqui pela sociedade civil.

Muito obrigado mais uma vez. Coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao nobre representante do Ministério do Meio Ambiente, o sempre Deputado Edson Duarte, pela exposição.

Solicito a todos que fizeram as suas exposições que, se puderem, deixem o material com a Comissão, porque nós obviamente teremos depois uma reunião específica da Comissão para analisar o material aqui exposto.

Antes de dar continuidade à nossa audiência pública, eu queria registrar a presença do nobre Deputado Alessandro Molon, que é o Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista. Tive o privilégio de, ao término do meu mandato, passar a Coordenadoria a S.Exa., que, de forma extremamente competente, tem dirigido essa Frente da Câmara Federal, o que é algo extremamente valioso para todos nós.

Deputado Molon, se V.Exa. quiser fazer uma pequena saudação, fique à vontade, por gentileza.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar V.Exa. pela iniciativa desta audiência pública, pela proposição deste tema, e dizer que a honra de receber das mãos de V.Exa. o bastão da Frente foi minha.

Agradeço a V.Exa. e o cumprimento por todo trabalho desenvolvido. É um prazer estarmos juntos nessa luta com a Deputada Janete, que também propôs a audiência pública, que é da região e tem lutado muito para proteger a Amazônia. Apresento também meus cumprimentos a ela e a todos os colegas da audiência pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Muito obrigado.

Passo a palavra agora à Sra. Renata Furtado, Coordenadora-Geral de Assuntos de Defesa Nacional, neste ato representando o Exmo. Sr. Ministro do Gabinete de Segurança Institucional — SGI da Presidência da República.

A SRA. RENATA FURTADO - Bom dia a todos. Bom dia aos internautas.

Quero parabenizar a Comissão por esta audiência pública, que está sendo tão amplamente oferecida aos nossos cidadãos por meio da Internet, por meio do celular. É uma oportunidade de debatermos um tema importante para o Brasil nesta Casa, um tema ambiental, um tema mineral.

Cumprimento os proponentes, o Deputado Nilto Tatto, o Deputado Valadares Filho, o Deputado Ricardo Tripoli, a Deputada Janete Capiberibe, que eu não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, o Deputado Alessandro Molon e os colegas da Mesa.

Estamos aqui para informar. Esta é a maior importância da audiência: apresentar informações à sociedade, informação institucional. São poucos os momentos em que o Governo vem e senta com os Parlamentares para explicar como foi produzido um ato, a maneira que pensamos. Isso é importante.

A minha apresentação é breve. O objetivo é apresentar o papel do Gabinete de Segurança Institucional, a sua atuação, até para a sociedade compreender como atuamos, como contribuimos no espaço democrático, como oferecemos o nosso conhecimento.

(Segue-se exibição de imagens.)



Este é um breve roteiro da minha apresentação, para os senhores compreenderem o papel institucional do GSI; como visualizamos o decreto, o pedido de exposição de motivos que chegou à Presidência da República e convidou o Gabinete de Segurança Institucional para opinar; a extinção da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional — em que momento entramos nesse debate do decreto da RENCA; a perspectiva que a Pasta tem sobre defesa nacional; e a nossa contribuição no primeiro decreto.

Primeiro, eu gostaria de esclarecer que o Gabinete de Segurança Institucional tem a missão legal de apresentar e acompanhar as atividades do Presidente, do Vice-Presidente e dos familiares e tem a missão, também muito importante, de apresentar o suporte técnico e jurídico do Conselho de Defesa Nacional, que o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara integram. Nós temos um colegiado de Estado que é consultado conforme o Presidente da República deseja. As consultas também podem acontecer individualmente.

Porque o Gabinete de Segurança Institucional é a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, alguns conhecimentos acabam sendo introduzidos na rotina institucional. Então, nós temos conhecimento que surge para a Pasta a partir do estudo e do acompanhamento de temas de interesse da independência nacional e da defesa do Estado Democrático, em especial — eu frisei para os senhores — a segurança da fronteira, a ocupação e a integração das áreas de fronteira e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo. A Secretaria do Conselho de Defesa Nacional estuda e acompanha esses temas.

Além disso, é atribuição do Conselho de Defesa Nacional, por meio de sua Secretaria-Executiva, conceder os atos de assentimento prévio a atividades na faixa de fronteira. Aí nós começamos a dialogar com a RENCA.

A RENCA tem um percentual pequeno na faixa de fronteira. Isso impõe uma atividade da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional. Essa atividade ocorre em várias localidades do País na faixa de fronteira por meio do assentimento prévio.

Pesquisa, lavra, aproveitamento de recursos minerais que não sejam da construção civil passam pelo Conselho de Defesa Nacional por meio da Secretaria-



Executiva, que tem uma delegação para conduzir todos os estudos e análises dos processos.

A Secretaria Executiva ainda atua caso a caso, mas, no caso da RENCA, isso não seria possível na época. Esse caso a caso atrapalharia ou, de certa forma, não daria a efetividade da análise de uma prospecção mineral desejada na época da década de 80, complementando a fala da colega Maria José.

Nós temos alguns registros e o GSI trabalhou no levantamento dos registros. Na medida em que a Exposição de Motivos nº 41, de 2017, do Ministério de Minas e Energia — MME chegou à Presidência da República, nós fomos consultados por atuarmos na faixa de fronteira e estudarmos temas de interesse e relevância da Nação.

Ao detectarmos que havia um percentual de área na faixa de fronteira, passamos a examinar o ato originário. Esse ato originário, o primeiro, que é o Decreto nº 89.404, de 24 fevereiro de 1984, tem uma exposição de motivos, que inclusive podemos oferecer à Mesa para apresentar maior quantidade de informações à sociedade. Essa exposição de motivos apresenta o cenário da época.

É muito importante a exposição de motivos. Eu, da AGU, quando tenho a oportunidade de escrever a exposição de motivos de algum ato, busco apresentar maior quantidade de detalhes, porque aquele é o momento histórico, os motivos trabalhados para produção daquela proposta normativa.

Na Exposição de Motivos nº 1, de 1984, o texto demonstra a atuação conjunta. A fala está complementando a visão institucional. O interessante da audiência pública é que nós vamos fazer as conexões que o Deputado Ricardo Tripoli disse. Nós temos informações desconectadas. Nós temos instituições aqui com diferentes visões e vamos conseguir fazer as conexões.

Do ponto de vista do GSI, nós visualizamos o quê? Uma atuação da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o órgão anterior à Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional. Por esse motivo, nós começamos a atuar.

Na exposição de motivos, temos a indicação da atuação conjunta do Ministério de Minas e Energia à época com a Secretaria-Geral do Conselho de



Segurança Nacional. Para quê? Para o desenvolvimento de um programa de prospecção mineral.

Esse programa de prospecção mineral era conduzido pelo Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas — GEBAM. Esse Grupo tinha várias competências, entre elas a de, com sua autonomia, celebrar contratos e convênios, principalmente com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM. Esse Grupo Executivo ficava onde? Ficava subordinado à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Então, complementando a fala da colega e, inclusive, a pergunta do senhor, o decreto, do ponto de vista do Ministério de Minas e Energia, teria perdido o sentido, na medida em que a CPRM deixou de ter atribuição. E, do ponto de vista técnico do Gabinete de Segurança Institucional, o decreto teria perdido, de certa forma, o seu sentido, porque o Conselho de Segurança Nacional deixou de existir, e não tínhamos mais a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional para conduzir os estudos idealizados em 1984.

Eu frisei aqui em amarelo que, até abril de 1985, o GEBAM era subordinado ao Conselho de Segurança Nacional e estava dentro da estrutura da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, porque o Conselho de Segurança Nacional era o colegiado de autoridades, e o Secretariado era da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Após abril de 1985, o GEBAM passou a integrar a estrutura do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — MIRAD. Os senhores têm conhecimento dessa época, estávamos passando por um processo de democratização. Estamos falando do ano de 1985. Vejam bem: o GEBAM saiu da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

O ato seguinte é o segundo decreto: o Decreto nº 92.107, de 10 de dezembro de 1985. Estamos com outro Presidente. Deixamos o Presidente Figueiredo e passamos para o Presidente Sarney. A saída do GEBAM da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional foi debatida no âmbito do Governo.

Novo ato, uma exposição de motivos também — é muito bom documentar essa fala —, mostra a relevância da permanência da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional em todas as fases, ou seja, reconhece que ainda era



importante o envolvimento da Pasta, e, para dinamizar a apreciação dos processos, inclui a Secretaria-Geral em todas as fases dos processos de prospecção mineral até então idealizados naquele Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais do MME e da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Para isso — está lá exposto e justificado —, essa inclusão dispensaria, em todas as fases, o assentimento prévio, porque nós vimos no início que isso deve ser dado caso a caso. Para dinamizar e buscar maior velocidade para conhecer a riqueza daquela região do Baixo Amazonas, seria necessário introduzir o assentimento prévio na rotina, no acompanhamento do secretariado até então conduzido pelo General de Brigada Bayma Denys. E foi assim.

Então, a visão do Gabinete de Segurança Institucional, para contribuir com este debate democrático, é conhecer o ato no momento em que ele foi produzido. Nesse momento, havia um programa de prospecção mineral. Dois Ministérios estavam à frente na busca do conhecimento geológico no País. No primeiro ato, havia um grupo executivo; no segundo, esse grupo executivo saiu e foi para outro Ministério. Na ausência desse grupo na estrutura do Conselho de Segurança Nacional, esse órgão foi incorporado como uma das autoridades capazes de opinar nessa prospecção mineral, para dispensar o caso a caso do assentimento prévio.

Com a introdução do processo democrático — esta Casa viveu um dos momentos mais relevantes da nossa história —, as instituições deixaram de existir. Do ponto de vista do Conselho de Segurança Nacional, ele foi sucedido pelo Conselho de Defesa Nacional. Não foi uma sucessão imediata, porque no debate havia uma ruptura de visões, uma ruptura de percepção da importância da segurança nacional e da defesa nacional.

Então, o Conselho de Defesa Nacional começou, no primeiro momento, assumindo algumas atividades do Conselho de Segurança Nacional. A atividade que permaneceu no tempo, e até hoje permanece, é a do assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional, embora a lei mencione o Conselho de Segurança Nacional.

As instituições têm trajetória própria. Nós sabemos que a máquina burocrática não responde com a velocidade que a sociedade gostaria. Nós passamos praticamente os primeiros 5 anos pós-Constituição relendo os atos administrativos



do Conselho de Segurança Nacional e buscando introduzir mecanismos democráticos, por meio do Conselho de Defesa Nacional. O Gabinete de Segurança Institucional estava envolvido nesse suporte técnico-jurídico.

Em 2004 — eu busquei esse amparo jurídico normativo —, nós alcançamos a estabilidade da introdução do assentimento prévio e conseguimos que a Pasta fosse ouvida quando houvesse uma atividade envolvendo a faixa de fronteira.

O parecer da AGU, de 2004, consolida um pensamento institucional e constitucional, na medida em que considera as faixas de fronteira uma área de elevada importância no texto constitucional. No que se refere à questão mineral, o texto constitucional outorga expressa competência à União para proteger seus interesses em eventuais mudanças na titularidade das autorizações ou concessões. Ou seja, nós estamos envolvidos na atividade mineral, para também sabermos em que lugar essa atividade mineral está acontecendo.

Na medida em que envolvemos uma nova instituição — e não mais a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, mas a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional —, outros valores começam a ser observados, como o valor da defesa nacional. No próprio texto da política de defesa nacional, nós temos que a questão ambiental permanece como uma preocupação da humanidade. Esta audiência demonstra uma preocupação do povo brasileiro com a questão ambiental.

A política ainda sinaliza e enaltece que a vivificação, a política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração fronteiriça.

Nós fomos consultados para opinarmos sobre a RENCA. A Deputada apresentou a primeira imagem, e a colega Maria José apresentou outras imagens. O GSI, diante desse cenário, desse mosaico de áreas protegidas, propôs o art. 2º, e a atuação do GSI se encerrou nesse momento. No primeiro decreto da Presidência da República, o texto era claro, e o decreto não se sobrepõe à lei. Na nossa opinião, seria importante sinalizar que a extinção de que tratou o art. 1º, no decreto inicial, não afastaria a aplicação de legislação específica sobre a proteção da vegetação nativa, Unidades de Conservação, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira.



Eu diria nesta importante e esclarecedora audiência pública que, no Estado Democrático de Direito, o GSI tem visão institucional. Essa é a riqueza da democracia. Nós construímos atos que tentam balizar as preocupações e as visões de cada pasta. Do ponto de vista do GSI, nós buscamos fortalecer as diretrizes legais da preservação do meio ambiente, dos povos indígenas e das regras de observância na faixa de fronteira.

O recado é este: do ponto de vista do GSI, nós primamos pela estabilidade das instituições. Se existem irregularidades, elas devem ser tratadas e resolvidas pelos órgãos de responsabilidade. E, na medida do possível, o GSI contribui com o conhecimento que lhe é próprio.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Muito obrigado, Sra. Renata Furtado pela sua exposição.

Vamos desfazer esta Mesa. Nós complementaremos os trabalhos com uma nova Mesa.

Convido para compor a segunda fase desta audiência pública os Srs. Michel dos Santos, Coordenador de Políticas Públicas da WWF-Brasil; Marcio Astrini, Coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace Brasil; Malu Ribeiro, Especialista de Água da Fundação SOS Mata Atlântica; Kutanan Waiapi Waiana, Coordenador Executivo da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Estado do Amapá e Norte do Pará e líder indígena da Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil.

Então, peço, por gentileza, aos senhores que se acomodem para darmos início à segunda fase desta audiência pública, que trata de um tema que extrapola os horizontes do Congresso Nacional e que atinge toda a população brasileira. Nós pretendemos hoje colher informações e documentos para que possamos dar continuidade aos trabalhos.

Ressalto que já passou por esta Comissão o Deputado Edmilson Rodrigues, e temos conosco aqui o Deputado Antonio Carlos Pannunzio, que muito nos honra com sua presença nesta audiência pública.

Composta a Mesa, vamos dar início à segunda fase desta audiência pública.



Concedo a palavra ao Sr. Marcio Astrini, Coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace Brasil, por 15 minutos.

O SR. MARCIO ASTRINI - Bom dia a todas e a todos.

Bom dia, Deputado Ricardo Tripoli, que preside a Mesa.

Saúdo o Deputado Nilto Tatto, Presidente da Comissão; a Deputada Janete Capiberibe; o Deputado Alessandro Molon e todos os outros Deputados presentes. Meus cumprimentos e agradecimentos a V.Exas. Cumprimento o Deputado Edson Duarte, que hoje está no Ministério do Meio Ambiente, mas esperamos que ele volte logo para esta Casa, porque faz falta aqui, ou para o Senado, pode ser também. Cumprimento também a Renata; a Maria José; os meus amigos das ONGs, Michel, Malu e Kutanan. Parabéns pela luta!

Em primeiro lugar, queria registrar um cumprimento especial aos representantes do Governo. Desculpem-me ser tão direto, porque é muito difícil representar o Governo, pois, normalmente, é muito criticado. O atual Governo, especialmente, sofre uma quantidade de críticas bem razoável. Agora, defender o Governo, no que diz respeito à situação da RENCA, é realmente quase um ato histórico, heroico. Então, meus cumprimentos especiais a vocês. E já peço perdão se eu for, muitas vezes, um pouco direto demais nas colocações. Eu também vou me referir, especialmente, ao Ministério de Minas e Energia.

Eu acho, sinceramente, Maria José, que, na vida política, os próprios Parlamentares e o Governo podem cometer vários erros. São normais erros políticos, erros de conteúdo, erros de processo, até erros legais, de avaliação social, mas a RENCA é uma questão extremamente democrática nos erros, porque ela consegue juntar todos eles. É um negócio impressionante, é um processo impressionante. Há erros políticos, erros de avaliação, erros legais, inclusive erros de comunicação.

A meu ver, existia um problema muito grande de comunicação com a RENCA, que ninguém sabia. De repente, editou-se um decreto. Com o tempo, acabei coletando algumas informações, vendo algumas entrevistas, e descobri que, na verdade, o erro de comunicação não é um erro completo, é um erro para um lado só, porque o decreto não foi comunicado nem discutido com a sociedade, inclusive com este Parlamento, mas foi debatido com o setor da mineração.



Por exemplo, em março de 2017, no Canadá, houve uma exposição do Ministro para as mineradoras numa convenção de acionistas, mineradoras, pesquisadores etc. Em abril de 2017, houve apresentação desse decreto e vários debates em torno da mineração na FIESP. E, em junho, houve uma exposição para executivos da mineração.

Então, nós nos enganamos quando pensamos que essa questão da comunicação não foi feita. Mas ela foi feita, só que o decreto não foi debatido conosco, com a sociedade, com os indígenas que serão afetados. O debate foi feito com outra parcela da população, que talvez interessasse o Governo naquele momento.

Na verdade, eu vou aproveitar este momento, como disseram alguns membros do Governo, para tentar estabelecer um diálogo, fazer algumas perguntas que são importantes, uma vez que o Ministro abriu o prazo de 120 dias.

Eu, particularmente, acho que o debate já foi feito com a sociedade não por iniciativa do Governo, mas por iniciativa da sociedade. O Governo editou um decreto, e a sociedade o rejeitou. Foi simples. O debate já aconteceu. Ele foi feito, mas não nas vias que deveria ter sido feito, ou seja, com planejamento e consulta às populações atingidas. Ele foi feito via manifestações, redes sociais, debates no jornal e na televisão, após a publicação do decreto. Algumas pessoas disseram o seguinte: *“Não, existiu uma histeria”*. Não houve uma histeria, mas uma reação de quem não sabia que aquilo ia acontecer. Uma reação de quem foi pego de surpresa. Essa reação não diz respeito às mineradoras, porque elas já sabiam, como nós já falamos aqui. Então, eu acho que já houve esse debate.

Mas, de forma geral, houve todo o trâmite. O decreto foi cancelado; depois foi editado outro, mas foi suspenso no dia 31 de agosto. Então, nós temos o prazo de 120 dias, segundo o Ministério, para fazer o debate. Hoje é dia 14, então, nós já temos 15 dias.

Eu queria saber qual foi o debate que o Ministério de Minas e Energia fez nesses 15 dias, porque este é o primeiro. E, corajosamente, a Diretora Maria José Gazzini veio aqui fazer o debate. Mas ele não foi proposto pelo Ministério, foi proposto pelos Parlamentares. Se não tivesse sido proposto pelos Parlamentares, ele não estaria acontecendo. Então, eu queria saber se nesses 15 dias — é a minha



primeira pergunta — deu tempo de fazer um cronograma de debates. Em 15 dias acho que dá tempo. Se a ideia é suspender o decreto por 120 dias para debater, então, talvez nós já tenhamos um cronograma, que eu não sei.

Eu queria saber se vai haver alguma conversa com os indígenas fora esta aqui, para a qual eles foram convidados pelos Deputados e não pelo Ministério. Nós temos três terras indígenas lá. Há alguma agenda com eles? Há alguma audiência pública marcada pelo Ministério para os Estados do Amapá e do Pará, onde a Reserva Nacional do Cobre e Associados — RENCA está inserida? Qual é a data dela?

Eu tenho outra dúvida. O Governo diz que não haverá mineração nas áreas indígenas e nas Unidades de Conservação, mesmo porque a lei não permite. Então, o Ministério nem precisava dizer isso, mas é bom sempre reforçar. Só que eu tenho uma curiosidade, porque existem pelo menos três projetos de lei nesta Casa que liberam atividades minerais em terras indígenas e nas Unidades de Conservação. Eu quero saber se o Ministério é contra esse projeto de lei, se vai encaminhar voto contrário, se vai fazer o debate para que eles não sejam aprovados, porque, se o Ministro de Minas e Energia garantir isso, no mínimo, ele terá que se colocar contrário. Um desses projetos é do Senador Romero Jucá, que libera 100% das áreas indígenas para serem exploradas com a atividade mineral. Eu queria saber se o Ministério vai ser contra esse projeto de lei.

Nós estamos numa discussão aqui na Casa, Deputados Alessandro Molon e Ricardo Tripoli, relativa ao orçamento, que agora vai entrar com força para votação, e já estão acontecendo os debates. Foi dito que, nessa área, haverá uma preocupação especial pelo Governo para que seja aplicada a legislação ambiental. Todos nós que trabalhamos com o meio ambiente gostaríamos de saber qual é essa mágica, porque, historicamente, no resto da Amazônia, há uma dificuldade muito grande de se aplicar a legislação ambiental. Não estou falando deste Governo. Queria saber qual é a mágica que vai permitir ser aplicada a legislação nessa área, porque deve ser um negócio muito bom que deveríamos replicar para o restante da Amazônia. Eu queria saber se tem uma previsão orçamentária especial para haver um plano especial de aplicação da legislação ambiental na área da RENCA, já que



estamos discutindo orçamento aqui. Gostaria de saber se existe algo que, orçamentariamente, já vai ficar destinado.

Talvez os colegas tenham mais algumas perguntas pertinentes. Vocês desculpem o volume, mas é porque é o primeiro espaço. Espero que, no restante dos 120 dias, haja outros espaços, porque há um calendário desses debates proposto pelo Ministério, apesar de haver uma série de manifestações de pessoas da base, inclusive do Governo nesta Casa, que dizem ser contra a proposta em si e contra a forma como ela foi encaminhada. O próprio Ministério do Meio Ambiente apresentou um parecer, em junho, se não me engano, colocando todas as suas precauções e indicando que a exploração mineral poderia levar a um agravamento da questão ambiental. Inclusive o Presidente desta Casa, Rodrigo Maia, disse, de forma aberta, através dos jornais, que é contra esse decreto. Nem sei ainda por que esse decreto não foi revogado, para dizer a verdade.

Eu trouxe uma apresentação, que é uma contribuição para o debate.

(Segue-se exibição de imagens.)

No final de semana passado, o *Fantástico* mostrou as áreas da RENCA. Dizia a reportagem que naquela área havia garimpo ilegal. Pergunto: o Ministério de Minas e Energia, antes de editar o decreto, conseguiu mapear bem as coordenadas geográficas das áreas? Há algum plano de combate a essas ilegalidades do garimpo? Claro, obviamente, coordenado com outros Ministérios. Existe isso daí? Meu Deus! Precisamos saber, porque estamos diante de uma proposta, Deputado Ricardo Tripoli, que retira essas áreas da custódia do Governo, que afirma que essa medida vai ajudar a combater as ilegalidades lá dentro.

Eu tenho grande dificuldade de entender essa lógica. Quer dizer, se é algo que é do Governo, ele tem que tomar conta, mas não consegue combater a ilegalidade. Se abrir a área para o mercado, a ilegalidade vai ser combatida? O Estado está repassando para a iniciativa privada o dever dele de combater a ilegalidade. Eu não entendi essa lógica da proposta. Os senhores me desculpem.

Eu entendo, por exemplo, na extração de madeira na Amazônia, que tem 90% de ilegalidade — e 90% nos bons momentos, porque, na maioria das vezes, é 100% de ilegalidade —, que incentivar a extração legal de madeira é algo que contribui



para combater o ilegal, mas isso não retira do Estado a obrigação de combater aqueles que promovem o crime.

Nós já temos o crime acontecendo agora. Nós vamos esperar chegar o legal? Eu não entendi, desculpe-me. Aproveito a oportunidade para fazer essas perguntas.

Vou passar algumas imagens para os senhores.

Essa é uma área geral. Esse é um sobrevoo rápido que nós fizemos, não deu para cobrir a RENCA inteira. Se não me engano, nós sobrevoamos três áreas protegidas ali. São três áreas de garimpo ilegal que nós observamos no sobrevoo. Embaixo da imagem tem as coordenadas geográficas.

Aqui vemos fotos da área, que foram tiradas do avião. Essas fotos são ilustrativas da mesma área, porém de outro ângulo, um pouco mais aproximado.

Temos aqui outros três pontos, com as coordenadas geográficas ali embaixo. Enquanto nós estamos discutindo aqui, está acontecendo lá agora esse garimpo aí.

Mais fotos ilustrativas desses locais, mostrando a floresta destruída. Mais alguns pontos com as coordenadas.

Isso que está sendo mostrado nessa imagem não é estrada, é uma pista de pouso, mesmo porque não se chega lá através de estrada. Então, vejam que esses garimpos contam com avião, porque não é uma atividade qualquer.

Aqui vemos as coordenadas. Há, aproximadamente, 14 pontos, que já vamos deixar aqui para o Ministério, para os órgãos competentes, para todos os Deputados, para o Deputado Arnaldo Jordy, que nos pediu que enviássemos esses pontos para ele.

Eu incentivo o Ministério de Minas e Energia a fazer duas coisas com esses locais. Primeiro, fazer um sobrevoo nas outras áreas, porque são nove áreas, e nós sobrevoamos apenas três. E esses pontos todos aí são de uma área só, Deputado Ricardo Tripoli, e não das três áreas, porque não deu para sobrevoar todas. Como a área é muito grande, é preciso sobrevoar as áreas por dia.

Nessa área em que nós identificamos os 14 pontos, e sobrevoamos de forma rápida, deve ter ali uma infinidade muito grande de outras áreas. Isso foi só para ilustrar.



Então, deixo aqui a minha sugestão para que o Governo apresente um plano de combate ao garimpo ilegal, porque essas áreas são públicas. A reportagem do *Fantástico* mostrou o garimpo ilegal nessas áreas para todo mundo.

Tudo isso que estamos colocando aqui é porque temos uma preocupação muito grande com a floresta em si. Nós sabemos que tem um plano que motivou o decreto; que tem um plano econômico oriundo da discussão com as mineradoras. Mas queremos saber qual é o plano para a floresta, para as comunidades locais e o que vai acontecer com aquela área da Amazônia.

Está havendo uma mobilização nacional gigantesca em torno da proteção da floresta. São essas pessoas que querem saber. Eu estou aqui falando isso hoje, mas poderia ser o Michel, a Malu ou outras pessoas. São milhões de pessoas cobrando isso. Elas querem saber, elas têm o direito de saber sobre isso daí, e não só elas.

Há aqui uma coisa interessante. Refiro-me a uma carta enviada por nove Parlamentares, que fazem parte do Parlamento da União Europeia, dando conta de que haverá uma votação final sobre acordos comerciais entre países da União Europeia e do MERCOSUL. Eles dizem assim: *“Não está claro que salvaguardas fortes foram incluídas nessas negociações — salvaguardas ambientais — para evitar problemas como esse da RENCA, que está acontecendo agora e no futuro. Se acontecer de os esforços europeus para aumentar o comércio das matérias-primas ameaçarem a floresta mais importante do planeta, votaremos contra”*.

Então, nós temos as populações, nós temos a sociedade, nós temos a floresta e nós temos isso daqui viajando para os mercados internacionais com uma preocupação mundial. Então, nós precisamos ter o debate. Esses erros todos que estão sendo levantados precisam ser sanados.

Acho que, para a RENCA, só há uma forma para sanar esses erros, que é revogar o decreto. Não existe outra coisa.

E há dois pontos interessantes aqui que eu peguei. A nossa diretora diz que existe realmente — e eu acredito que exista — um conflito muito grande entre atividade ilegal e mineradoras nos locais. Eu acredito que deve existir. Mas eu gostaria que o Ministério perguntasse para os indígenas qual é o tamanho do conflito que eles enfrentam quando esse pessoal está lá. E digo isso por que não são



negócios, é a vida deles que está em conflito, é a área de onde eles retiram o sustento para sobreviverem. Mais do que as mineradoras, acho que está na hora de olharmos para essas populações e para a floresta.

Para terminar, Deputado Ricardo Tripoli, eu anotei aqui uma pergunta que V.Exa. fez — e há um monte de outras coisas, na verdade — sobre a abertura da RENCA também nas áreas protegidas e não só nas áreas onde há um estudo que diz que pode haver o interesse mineral.

Eu vou dar uma resposta sobre o que eu acho, na verdade. É difícil prever o futuro no País em que estamos, mas acho que o ataque que vem por aí é para extinguir o resto das áreas protegidas que têm lá. Então, já se abre tudo logo de uma vez. E não é que eu ache, pois os projetos de lei já estão tramitando para isso. Há um plano para isso não só para as áreas protegidas naquela região, como também para as áreas de fronteira do País, para explorações diversas, inclusive minerais. Os projetos estão aí, estão numerados e tramitando nesta Casa.

Como disse o meu colega e amigo, por quem tenho muita admiração, que é o Edson Duarte, existem dois fatores que não dão nenhuma garantia de que lá não serão abertas outras áreas: o primeiro é que sempre haverá uma pressão política e econômica muito grande e difícil de segurar. Ela houve, existe e haverá. E o segundo é que governos mudam. Então, não há como um governo garantir eternamente que algo vai acontecer.

A RENCA, para nós, é o primeiro passo para um ataque maior àquelas Unidades de Conservação, onde serão vítimas a floresta e as populações locais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao Marcio Astrini a participação.

Imediatamente, passo a palavra ao Kutanan, que fará sua exposição por 15 minutos.

O SR. KUTANAN WAIAPI WAIANA - Bom dia a todas e a todos.

Eu sou Kutanan Waiana, indígena do povo uaiana, da Terra Indígena Rio Paru D'Este, que está afetada pelo decreto.

Sou Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará, que congrega mais de três organizações indígenas da região e 11



povos indígenas diferentes; e faço parte da APIB — Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil.

Bom, primeiramente, eu queria agradecer o convite feito pelo Deputado Ricardo Tripoli, que achou importante a minha presença aqui. Meu povo está sofrendo neste momento. O pessoal das aldeias está muito preocupado em saber como poderemos resolver essa situação. Mas estamos aí lutando em prol dos direitos indígenas, conforme a Constituição Federal de 1988.

Em primeiro lugar, eu queria colocar algumas considerações também. Esse decreto foi surpreendente e nos surpreendeu quando estávamos em outras atividades. E aí o Governo edita esse decreto, sem consultar as lideranças indígenas, muito menos a nossa representante, que é a Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil. Em nenhum momento o Governo consultou as comunidades indígenas afetadas neste momento.

Então, neste momento, eu acredito, em nome do meu povo, que o Governo atual não respeitou a Convenção 169. Mais uma vez, ele vem rasgando a Constituição Federal, que garante os direitos indígenas. Então, nós temos também protocolos de consulta e consentimento dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do Brasil. Ele vem desrespeitando mais uma vez essa lei.

Então, eu sempre pergunto a todos que conhecem as legislações: por que o Estado brasileiro não respeita essas legislações que foram aprovadas? Precisamos entender isso. Nós indígenas estamos preocupados, e eu também me pergunto — como ouvi muito bem na apresentação da Sra. Maria José — se as nossas terras indígenas estão em jogo com essa situação da RENCA.

Nós estamos preservando o meio ambiente, preservando terras indígenas, preservando a natureza; e hoje esse decreto vai acabar com todas essas preservações.

Na Terra Indígena Waiãpi nós implementamos já um plano de gestão territorial, e hoje estamos implementando nas terras indígenas Rio Paru D'Este e Parque do Tumucumaque planos de gestão territorial deles. Então, é muito importante saber como podemos resolver esse problema.

A minha preocupação é essa, porque já ouvi lá em Macapá, no meu Estado — e sempre discutimos também essa problemática da RENCA —, que as terras



indígenas não vão ser atingidas. Mas vendo no mapa, como a Deputada Janete mostra, o decreto alcança alguns percentuais das Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru D'Este. Essa é a minha preocupação. É por isso que estamos aqui lutando pela defesa do direito dos indígenas, pelo meio ambiente, porque lá nas nossas regiões os indígenas utilizam os rios diretamente. Isso é o que a população brasileira, principalmente os empresários e o Governo têm que entender.

Se nós mapeamos no Brasil quais áreas têm mais floresta em pé, verificaremos que são as terras indígenas. Precisamos entender isso. Então, esse decreto vem afetando nossas terras indígenas, e é uma causa muito problemática.

Eu queria agradecer também a todos os artistas do Brasil que estão nos apoiando, inclusive outros parceiros, ONGs e Deputados, principalmente o Greenpeace, com quem tive uma conversa lá em Belém em relação a isso, além de outros parceiros também.

Então, estamos aí lutando. E eu estou aqui representando meu povo da região do Rio Paru D'Este, os waiãpis, pois estamos trabalhando com quatro terras indígenas diferentes naquela região. A nossa articulação foi criada justamente para defender os direitos deles.

Eu, particularmente, sou contra esse decreto, pois o Governo, mais uma vez, vem rasgando a Constituição Federal. Então, nós indígenas daquela região somos contra esse decreto. Nós vamos defender nossas terras indígenas e não vamos arredar de lá nossos pés enquanto não revogarem esse decreto.

Eu sempre falei isso nas reuniões, porque nós não fomos consultados pelo Governo, nem pelo Ministro e em nenhum momento pelo MPF das nossas regiões também. Mas nós, da articulação, já entramos com um processo; nós já encaminhamos carta pública repudiando esse decreto do Governo, a decisão direta dele, que desrespeita tanto os direitos das populações indígenas quanto das populações tradicionais.

Nós já encaminhamos esse documento para o MPF. É importante protocolarmos também no Ministério da Justiça, para que eles possam entender o sentimento das populações indígenas daquela região, porque hoje as populações indígenas daquela região estão sofrendo.



Os únicos Parlamentares que estão nos apoiando naquela região são a Deputada Janete Capiberibe e o Senador Randolfe, mas a maioria é a favor daquela mineração.

Nós sempre colocamos que, na época das eleições, essas pessoas procuram todas as populações indígenas, as populações amapaenses. Então, esse é o problema. No entanto, desrespeitam as comunidades indígenas enquanto populações daquela região.

Eu coloco aqui para os Deputados que este é o momento de união para também defendermos a Amazônia brasileira. A Amazônia não pode morrer. E esse decreto está mexendo no coração da Amazônia brasileira. É importante o Governo entender e revogar, o mais urgente possível, esse decreto.

O decreto foi revogado e reformulado o texto, mas não significa que não vai afetar terras indígenas. Normalmente, é o mesmo sistema. Essa é a nossa preocupação.

Portanto, peço esse esclarecimento agora. Eu quero entender, para que eu possa levar essa informação para as comunidades indígenas e para as organizações indígenas da nossa região, como é que as terras indígenas podem se livrar daquela área demarcada onde vão ser exploradas as minerações.

Então, é importante discutirmos isso, porque nós indígenas não aceitamos essa exploração dentro das terras indígenas, principalmente nas Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru D'Este, onde há várias aldeias indígenas, crianças, seres humanos.

É muito importante entender como é que podemos resolver e solucionar esse problema. Para nós, indígenas, para solucionar isso, é necessário revogar esse decreto, porque, em nenhum momento, discutimos o processo de construção desse projeto. Em nenhum momento a APIB, a APOIANP e outras instituições foram convidadas para participar dessa construção.

Nesse sentido, nós estamos muito indignados com esse decreto que foi lançado pelo Governo. Ele diz — inclusive todos os Parlamentares que são favorecidos por essa mineração — que é por causa da crise.

Nós vamos acompanhar esse processo no nosso País. Eu acho que, como indígena, os Deputados, Senadores e Presidente da República devem trabalhar



direito e respeitar as comunidades e populações brasileiras. Eu acredito que isso não é problema, porque falta boa gestão no Brasil. É isso que tem que ser feito.

O ouro não vai resolver esse problema. Vai acontecer a mesma coisa. Se autorizarmos essa exploração de minério na RENCA, vai acontecer a mesma coisa, não vai mudar nada.

Só para fazer uma reflexão, na minha região houve a exploração de um minério também; mas, em nenhum momento, as populações daquela região ficaram satisfeitas. Quem ficou satisfeito foram os empresários de fora. A população da Amazônia, em nenhum momento, ficou satisfeita.

Nós indígenas temos essa visão. Temos que nos atentar para esse problema. Eu vejo que todos os Deputados que estão aqui acompanham as reportagens. Vejo a luta do Senador Randolfe, da Deputada Janete e de outros contra essa corrupção.

Acompanhamos tudo com os indígenas e com os representantes das populações indígenas da Amazônia. Vemos que o Governo está nos enrolando, roubando na cara da população brasileira. Isso é um absurdo! O Governo está entregando, vendendo a nossa riqueza.

Como indígenas, não admitimos isso. Não permitimos a entrada da mineração nas nossas terras indígenas. Vamos lutar até que isso se resolva. Nós não aceitamos mineração nas nossas terras indígenas, porque nós já tivemos problemas na nossa região, na Amazônia, quando houve o massacre das populações indígenas, que são isoladas pelos garimpeiros.

Nós temos essa visão agora. Então, não vamos liberar; vamos lutar até o fim. Vamos precisar do apoio dos Deputados, das ONGs que estão trabalhando diretamente com as populações indígenas, dos artistas e de outros parceiros. Precisamos unir e defender a Amazônia brasileira.

Nós não podemos vender a nossa riqueza para fora do País. Isso não vai resolver o problema do Brasil. O que vai resolver o problema do Brasil é uma boa gestão do Governo. É isso o que tem de ser feito. *(Palmas.)*

Nós estamos aqui, como indígenas, acompanhando todo esse processo. Hoje o Governo do Brasil está vendendo a nossa riqueza, acabando com a Amazônia brasileira e com o planeta Terra. Temos que lutar contra isso.



Eu, como indígena, venho lutando. Tenho que defender os direitos das populações indígenas, como as terras indígenas e outros direitos.

Queria entender isso, Maria José. É importante eu entender por que está sendo marcada essa área dentro da terra indígena. Estou muito preocupado em relação a isso, principalmente com as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d'Este, onde passa aquela linha na minha aldeia.

Por isso, estou muito indignado. Eu também sou contra esse decreto.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Obrigado, Kutanan, pela sua manifestação e pela colaboração com a nossa audiência pública. Tenha a certeza de que o objetivo é exatamente buscar um consenso para que não atinjam aqueles que têm sido impactados com essa medida. Esperamos que ela seja revogada na sua plenitude e, mais do que isso, regularizada definitivamente, considerando o aspecto ambiental e a proteção dos povos indígenas.

Passo a palavra à Sra. Malu Ribeiro, Especialista em Água da Fundação SOS Mata Atlântica.

A SRA. MALU RIBEIRO - Muito obrigada, Deputado Tripoli, por essa iniciativa extremamente importante e estratégica para todos nós, para todas as organizações e para todos os cidadãos que se reuniram para fazer aquela petição, que até agora já tem mais de 1 milhão e meio de assinaturas, número que certamente ainda vai crescer.

Como representante da Fundação SOS Mata Atlântica, estou aqui porque estamos todos juntos pela Amazônia e pelos biomas brasileiros. A questão minerária é, sem dúvida nenhuma, uma questão estratégica. O valor da biodiversidade do Brasil é extremamente estratégico. O Brasil assumiu acordos e compromissos com a questão do clima que não estão sendo honrados nos atos que estão chegando a esta Casa.

Foi colocado aqui que a água, as florestas e a natureza não seguem os quadriláteros da RENCA e, muito menos, os limites das Unidades de Conservação. Entre essas Unidades de Conservação, entre os limites da RENCA, estão as águas, os aquíferos.



Nós todos, no Brasil inteiro, Deputado Tripoli, como todo mundo sabe, bebemos a água da Amazônia e usufruímos do clima da Amazônia e de todos os biomas do Brasil.

Dentre tantos biomas, um dos mais ameaçados, que sequer tem *status* de bioma, é o Cerrado. A Mata Atlântica conseguiu uma lei específica. Mas nem por haver uma lei específica, Deputado Pannunzio, mesmo com atividades minerárias devidamente licenciadas, ficamos livres de passivos ambientais, porque contaminaram por chumbo a Bacia do Rio Ribeira de Iguape, um rio de domínio da União entre os Estados do Paraná e São Paulo, cuja região tem até hoje a quarta geração de filhos com problemas psicomotores, sociais e, principalmente, físicos, como cegueira e anemia profunda, por conta da contaminação decorrente do chumbo de atividades minerárias já acessadas há décadas.

Eu moro em Itu. Lá na cidade há um rejeito de minério, um rejeito nuclear, antigamente chamado de depósito de lixo atômico. Não é lixo atômico! É rejeito de tório e urânio, minérios beneficiados de terras-raras e areias monazíticas do nosso litoral para combustível de reatores nucleares. Se não fosse o papel do Conselho Nacional de Segurança, hoje exercitado pelo GSI — Gabinete de Segurança Institucional, nós sequer saberíamos que existem aqueles rejeitos radioativos que contaminam aquíferos, poços, em regiões de extrema escassez hídrica, como é o caso de Itu.

Em Mariana, onde havia uma atividade minerária legalizada, extremamente fiscalizada, houve um acidente que levou à morte 635 quilômetros do Rio Doce, desde suas cabeceiras até a área costeira. Olhem que era uma atividade minerária simples; não era uma atividade de alto risco. Não estou falando de nenhum rejeito radioativo, de nenhum metal perigoso.

Com relação a Mariana, a Fundação SOS Mata Atlântica já entregou a esta Comissão os estudos de qualidade da água que nós fizemos 10 dias após o acidente e 1 ano após o acidente. Agora, entregaremos os estudos do segundo ano do acidente.

Nós encontramos em toda a extensão do Rio Doce, em todas as amostras coletadas na água e nos sedimentos que ainda não decantaram, porque são rejeitos de minério extremamente finos, cobre em altíssimas concentrações.



Nós estamos falando aqui na RENCA, sobre cobre. É lógico que não é esse o interesse da exploração, mas, sim, o ouro, o fosfato. Daqui a pouco, eu falo do fosfato. O cobre, em altas concentrações, quando não está associado a uma enzima, causa problemas renais, impedindo que as pessoas urinem. A pessoa bebe água e se desidrata assim mesmo, porque ela transpira em vez de urinar. Isso leva à anemia, que leva a sequelas profundas na infância. É extremamente grave ingerir essa água. Por isso, elas estão indisponíveis.

Embora se reconheça a indisponibilidade dessa água por conta da elevada turbidez, em alguns lugares, cujo índice está 4 mil vezes acima do que é permitido pela resolução do CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente, foi encontrado manganês, que leva à fraqueza, à rigidez muscular, a tremores associados ao Parkinson, como se fosse mal de Parkinson.

Esses minérios, esses rejeitos de uma atividade minerária simples e licenciada estão no ambiente em altas concentrações, por um erro técnico, por um erro de gestão. Se não fosse esse episódio trágico da história recente do Brasil, o Código Mineração teria sido votado nesta Casa a exemplo do que aconteceu com o decreto da RENCA, sendo consultado e financiado pelo setor minerário, assim como ocorreu com o Código Florestal, que não é um Código Florestal, é um código rural.

Esperamos que hoje Deus ilumine os Ministros do Tribunal, para que eles reconheçam o erro de não ouvir a ciência, não ouvir a comunidade, não trazer reconhecimento técnico à mudança da lei da forma como ocorreu nesta Casa.

Se não fosse esta Comissão de Meio Ambiente e a Frente Parlamentar Ambientalista, não teríamos voz aqui. Tem sido muito difícil entrar nesta Casa, que é a Casa do Povo. Para entrar aqui, precisamos parar na portaria, ser revistados, mostrar documento. Quando eu era criança, no período militar, eu me lembro de vir com os meus pais aqui para fazer turismo e conhecer o Congresso, conhecer a arquitetura de Niemeyer, conhecer o que fazia o Parlamento brasileiro. Hoje isso não acontece mais, porque há um medo de ver o povo aqui dentro. Ainda bem que existe a Internet e, com isso, é possível que as pessoas acompanhem tudo, encurtando distância e sociabilizando a democracia. Aqui há a *TV Câmara*. Mas quantas pessoas assistem à *TV Câmara*? Como é que pode isso?



Com todo o respeito, Maria José, Renata Furtado, Edson, disseram agora que vão ouvir a sociedade em 120 dias. Por que não fizeram isso antes da edição do decreto?

Há uma série de erros técnicos. Mas eu não poderia deixar de ressaltar o gravíssimo problema que nós ainda iremos enfrentar: está vencendo a moratória que esta Comissão deu à exploração de gás de xisto sobre o Aquífero Guarani.

O Aquífero Guarani, Renata, também extrapola as fronteiras do Brasil. Porém, a zona de recarga desse Aquífero está na Bacia do Paraná, está na nossa região, Deputado. É justamente no oeste Paulista e no sul do Paraná que empresas estrangeiras querem vir explorar o gás do xisto, usando a água para rompimento de rochas com uma tecnologia arcaica, que contaminou e deixou um dano ambiental em áreas impossíveis de recuperação nos Estados Unidos. Por sorte, a nossa legislação, a nossa Constituição determina que os recursos naturais, os minérios, como a água mineral, são patrimônio da Nação.

Exige-se, portanto, do Ministério de Minas e Energia uma responsabilidade cidadã e uma transparência que, infelizmente, não houve aqui.

É lamentável, num País que está sob a égide da Lava-Jato e de todos esses escândalos de favorecimentos pontuais, setoriais, econômicos, que, primeiro, empresas estrangeiras tenham sido convidadas para discutir o que fazer com os nossos patrimônios naturais. Nós brasileiros, brasileiras, comunidades tradicionais, índios, quilombolas, futuras gerações do Brasil ficamos sabendo disso por mero acaso. Isso é lamentável!

É lamentável que se diga que é interessante, oportuno e bonito que a população tenha se mobilizado numa petição e conseguido 1 milhão e meio de assinaturas rapidamente; que isso é democracia e todo o blá-blá-blá que nós ouvimos aqui, Deputado. Esse blá-blá-blá não convence, porque audiência pública não é mero instrumento burocrático para se fazer o licenciamento ambiental ou mero processo democrático que se faz aqui para legitimar atos já cometidos.

Audiência pública tem que anteceder — é isso o que diz a Constituição — a atos governamentais. Os senhores governantes não são donos dos nossos patrimônios, são nossos servidores públicos. Nós brasileiros os pagamos e os



colocamos nesta função para que nos defendam. É isso o que nós esperamos, Deputado.

Certamente, nós podemos contar com essa minoria, com esses poucos Deputados que estão aqui para revogar os efeitos desse decreto, para impedir que o licenciamento ambiental no Brasil seja aberto como um mero balcão de negócios sob o pretexto de nos tirar da crise. Como bem disse aqui nosso irmão indígena, o que nos tirará dessa crise vai ser recondução ética, transparência e seriedade no cuidado dos patrimônios públicos.

Como pode o País, como pode o Governo Federal repassar, outorgar à iniciativa privada a defesa e o controle, que são atividades de sua maior competência? Nenhum outro país abre mão da sua gestão! Nós brasileiros conquistamos, a partir da Constituição de 1988, a capacidade de governança. O que estamos fazendo aqui, o que fizemos nessas petições, no movimento Todos pela Amazônia e pelos biomas brasileiros foi mostrar a nossa capacidade cidadã, ética, científica e técnica de exercermos governança. Essa é a mais singela e simples forma de explicar.

Foi muito bom, Maria José, que você tenha feito uma apresentação extremamente didática, com uma linguagem simples. Eu sempre tento fazer isso, quando falo da qualidade da água, dos efeitos cumulativos e contaminantes de metais pesados.

Eu gostaria de perguntar aos senhores, com toda a simplicidade, com a linguagem de uma mulher caipira, brasileira, lá do interior paulista, qual foi o legado da exploração minerária que transformou a Amazônia num enorme e gigantesco formigueiro, como foi muito bem retratado por Sebastião Salgado? O que ficou para o País, com toda essa exploração mineral de ouro feita na Amazônia, senão uma imagem, uma ferida degradante, como prostituição, contaminação e socialização da miséria? O que ficou nessas outras regiões que citei aqui? Como estão as famílias contaminadas por chumbo?

O que significa permitir voltar a usar o amianto no Brasil, quando todos os países aboliram o uso dele? O que significa, o que significou e o que significará o financiamento público de toneladas de veneno no País que mais o consome? O que



significa mudar nesta Casa o nome de veneno para defensivo, insumo ou fertilizante agrícola?

O fosfato que está nessa Reserva, na RENCA, na Amazônia, que está em vias de extinção, causa a eutrofização dos nossos reservatórios de água. Eutrofização significa, Deputado Pannunzio, a perda de oxigênio dissolvido em litros de água. Isso significa aumento de gases de efeito estufa, indisponibilidade hídrica, doenças de veiculação hídrica, exclusão hídrica.

No ano que vem, o Brasil sediará o Fórum Mundial da Água, o maior encontro de organismos, da iniciativa privada e de governos com atuações relacionadas à água.

Não vamos nos esquecer de que a água é um patrimônio, é um minério. A exploração que ocorre hoje na RENCA, que poderá vir a ser ampliada, com tecnologia da iniciativa privada ou não, abrirá precedentes para pressão de toda essa atividade clandestina, que vai simplesmente migrar da área onde ocorre hoje para o interior das Unidades de Conservação, para as terras indígenas. Com isso, os rios voadores da Amazônia virão carregados de gases, como gases sulfídricos e fosfato, de chuva ácida e outros contaminantes, como mercúrio, que é cumulativo e impossível de descontaminação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu queria agradecer a participação e a exposição da Malu Ribeiro, como sempre, extremamente competente.

Antes de passar a palavra ao último orador desta Mesa, quero dizer que nós estamos nos propondo a encerrar esta audiência pública às 13 horas. Temos, portanto, 36 minutos restantes. Daremos 15 minutos ao Michel e, depois, passaremos às perguntas. Há duas pessoas inscritas para fazer perguntas.

Concedo a palavra ao Michel dos Santos.

O SR. MICHEL DOS SANTOS - É difícil falar por último, depois de tantas falas importantes, às quais eu prestei bastante atenção.

Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite dos Deputados proponentes, da Deputada Janete Capiberibe, do Deputado Ricardo Tripoli e do nosso colega que



nos deixou mais cedo. Também agradeço ao Deputado Tatto e a todos aqueles que nos acompanham nessa luta diária no Congresso, que não tem sido fácil.

Vou começar pela fala do Marcio sobre a cronologia desse processo todo até hoje, onde estamos. Como bem lembrado pelo Marcio, em abril e março deste ano, a iniciativa privada soube, antes de nós, da intenção do Governo em abrir a RENCA. Mas, em maio deste ano, a WWF antecipou que o Governo preparava, sem alarde, esse pacote para substituir o marco regulatório vigente para a mineração. Essa tentativa se deu via projeto de lei, e essa história não avançou.

Como o projeto de lei sobre a mineração não avançou, nós identificamos que o Governo faria isso por medida provisória, que é uma forma mais rápida, menos transparente, sem necessidade de diálogo com a sociedade, para nos fazer engolir determinadas medidas. Seriam três as medidas que o Governo determinaria por medida provisória.

A primeira se refere à criação de uma agência reguladora. A pergunta que eu faço é se é possível criar uma agência reguladora por medida provisória. Acho que não — entendo que não. Deveria passar por esta Casa, via projeto de lei, esse processo de criação da nova agência reguladora. Então, acho que cabe uma ação direta de inconstitucionalidade especificamente sobre esse processo.

Segundo, foi editada uma medida provisória para alterar os *royalties*. Isso também não satisfaz, não deixou feliz o setor privado.

Terceiro, para substituir essa medida de ampliação dos *royalties*, o Governo prometeu a abertura de novas áreas. Aí a RENCA e também a faixa de fronteira se inserem, cuja abertura demonstrou grande resistência dos militares. Então, a faixa de fronteira, em alguma medida, continua protegida. O interesse existe, mas está um tanto distante da realidade, como está acontecendo com a RENCA hoje. Por fim, querem abrir essas áreas para mineração.

Todas essas medidas foram depois confirmadas. O pacote de mineração do Governo veio à tona.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em julho deste ano, divulgamos um relatório técnico, cuja imagem está naquele eslaide ali, que trouxe várias informações confirmadas hoje durante esta audiência. Uma informação era a de que o Governo pretendia abrir a RENCA para a



mineração industrial, o que difere do garimpo em larga medida. Outra informação era a de que isso poderia ameaçar o meio ambiente, as populações tradicionais e os povos indígenas que vivem na região, como foi muito claramente colocado principalmente pelo colega indígena, o Kutanan.

Esse documento tinha o único propósito de alertar a sociedade brasileira sobre a existência de nove áreas protegidas naquela região, que são Unidades de Conservação de proteção integral, são reservas extrativistas, são terras indígenas. Pessoas ali vivem e dali tiram o seu sustento e, portanto, precisam de um ambiente equilibrado para manter a sua qualidade de vida.

Essa medida pode trazer, como os colegas já colocaram, o aumento do desmatamento na região, além do adensamento populacional e da contaminação dos rios. Outro ponto importante é a desconsideração total da participação dos povos indígenas e tradicionais que vivem na região, como bem colocou o Kutanan, infringindo a Convenção nº 169.

Pois bem, senhores, em agosto deste ano, veio o decreto presidencial abrindo a antiga reserva mineral de 47 mil quilômetros quadrados, que, apesar de ter hoje uma área muito inferior disponível para a mineração, coloca, sim, em risco as Unidades de Conservação, as terras indígenas e as áreas extrativistas que estão ali.

Como havíamos anunciado, a medida foi desastrosa. Ficou claro que o Governo não tinha um plano para agir de modo responsável, transparente e negociado com os demais atores interessados nesse debate. O Governo apenas liberaria a área e a deixaria a mercê de algum investidor que decidisse se arriscar nessa empreitada.

Aí eu tenho que concordar que, para coibir o ato ilegal, não era preciso abrir a Reserva. Isso foi muito bem colocado pelo Marcio. Se a RENCA estava sob domínio do Estado, que não deu conta de fazer isso, não seria abrindo a Reserva à iniciativa privada que se coibiria o ato ilegal, tampouco alterando a legislação para poder tornar o ilegal legal. É isso que nós temos acompanhado nesta Casa, senhores. Há diversos exemplos de se tornar o ilegal legal para poder atender a esses interesses.

Então, a medida teve uma repercussão negativa — nós já dissemos isso. Também ficou evidente que a região é tomada pelo garimpo ilegal, e o Governo reconheceu isso ao dizer que a RENCA não é nenhum paraíso. De fato, não é



nenhum paraíso, mas pode se tornar um inferno se nenhuma medida for tomada para coibir o que ali existe de ilegal.

A medida gerou protestos, gerou uma manifestação, gerou uma mobilização que há algum tempo não se via. É importante essa rede de proteção a favor da Amazônia e contra interesses espúrios. Mas, como disse a Malu, nós precisamos ir além da Amazônia e levar esse olhar para outros biomas também. Como bem disse a Malu, não há uma lei hoje de proteção para o Cerrado brasileiro, tampouco para o Pantanal, muito menos para os oceanos brasileiros.

O Governo recuou, o MME suspendeu as análises de processos minerários, mas a revogação do decreto não veio. E é isso o que nós esperamos. No momento em que o Governo sinalizou que respeitaria as áreas protegidas, não fez nada de novo. Existem leis que dizem isso, e essas mesmas leis estão sob ataque nesta Casa.

Existem mais de 30 projetos de lei que enfraquecem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Existem aqui pelo menos uns 3 ou 4 projetos de lei que liberam a mineração em terra indígena. No entanto, senhores, preciso reconhecer que o resultado foi positivo, diante do desmonte da legislação ambiental em curso no País, em boa parte por este Congresso, incluindo o desmanche da Floresta Nacional do Jamanxim — FLONA do Jamanxim, que é um caso importante para prestarmos atenção.

Chegou ao Congresso uma medida provisória que foi amplamente combatida pela população e que recebeu incrivelmente o veto presidencial integral. Eu nunca vi isso na história. Logo após, veio um projeto de lei em caráter de urgência ao Congresso, afetando 354 mil hectares de área. De imediato, esse projeto de lei recebeu 12 emendas parlamentares, aumentando a redução da floresta em mais de 1 milhão de hectares.

Então, nós temos receio de que esse mesmo procedimento aconteça com a RENCA, ou seja, que as nove áreas protegidas das Unidades de Conservação sofram um ataque sistemático a partir disso, para recategorização de área, para redução de área ou simplesmente para extinção de área. Isso é o que temos acompanhado em Jamanxim. Há quem diga que é o que vai acontecer também com



Unidades de Conservação do sul do Amazonas. Além disso, outras iniciativas em âmbito estadual e municipal também acontecem para redução de áreas protegidas.

No caso de Jamanxim, não é só uma ação da bancada ruralista, que acredita que vale a pena devastar, levar o boi, mas isso também está associado à mineração. Há interesses das mineradoras nas Unidades de Conservação. Basta cruzarmos os dados do DNPM, que veremos os inúmeros pedidos de pesquisa dentro de Unidades de Conservação. Ora, se a Unidade de Conservação veda a mineração, não poderia nem haver a solicitação nem o aceite do DNPM para pedidos de pesquisas nessas regiões. Não pode — simples assim! O que acontece é que, com a medida e com o volume dos pedidos que vão acontecendo, eles vêm a esta Casa e pedem que se mude a regra para poder absorver essa demanda.

Então, senhores, dentre toda essa manifestação social, concordo que não houve uma histeria; houve, sim, uma proposta de debate, uma reação legítima da sociedade brasileira. A decisão de chamar a sociedade para o debate é tardia, mas é bem-vinda. Concordo com o Marcio e com a Malu que esse pedido tinha que ter acontecido antes da liberação da RENCA.

Pois bem, senhores. Esperamos que todo esse movimento não seja apenas para legitimar uma decisão já tomada pelo Governo brasileiro, sem que se leve em conta um projeto mais profundo e consequente para a Região Amazônica, que contemple as salvaguardas socioambientais que queremos.

Diante disso, temos mais perguntas hoje do que respostas nesse processo. Então, eu vou listar algumas perguntas, que nós esperamos tê-las respondidas ao final desse processo.

Qual é a política pública de governo para gerar o desenvolvimento da atividade minerária na Amazônia com o menor impacto ambiental e social possível?

Onde estão os instrumentos que irão reforçar a blindagem das áreas protegidas e terras indígenas? Hoje não basta só a lei, porque ela tem sido atacada, e tem-se tentado modificá-la nesta Casa.

Qual é a estratégia do Governo para combater o garimpo ilegal, que não seja apenas operações de comando e controle, com *blitze* esporádicas e de efeito mais midiático do que prático?



Quais são os instrumentos legais que garantirão que este debate se torne em ações de Estado e que olhem para o futuro do País, para sua economia, para seus ativos ambientais, para seus compromissos com a agenda climática, para seus compromissos junto à conservação da biodiversidade, para seus compromissos sociais e para a valorização dos povos indígenas e comunidades tradicionais?

Foi muito esclarecedor, na fala da colega Maria José, o que ela disse sobre o aspecto do fosfato, que é um agromineral. Nós começamos a observar as ações das bancadas e esse *lobby* poderosíssimo da mineração junto à bancada do agronegócio. E não adianta a FPA — Frente Parlamentar Mista da Agropecuária vir dizer, por meio de carta pública, que não faz parte disso, que esse processo não é com eles, pois é, sim! Os senhores estão aqui acompanhando isso, e eu espero que respondam também a esses aspectos.

Eu gostaria de citar mais alguns elementos.

A Malu falou um pouco também sobre o processo de licenciamento, e a Maria José, sobre os processos rígidos de licenciamento ambiental. Tentou-se, ontem, novamente alterar essa lei, que propõe o enfraquecimento do ICMBio, da FUNAI e do IBAMA. Como esses órgãos farão o acompanhamento, num processo de licenciamento adequado, se eles não têm recursos suficientes? Esta é uma estratégia que se usa aqui: desidratam o órgão de controle, colocam ali pessoas que não são relacionadas à área, que estão ali muito mais por cargos políticos, justamente para dificultar o processo.

Então, a Lei Geral do Licenciamento Ambiental facilita isso, pavimenta isso, que, associada a todas as outras leis que estão aí, é um verdadeiro pacote de retrocessos socioambientais.

Nós não podemos olhar essas questões isoladas, senhoras e senhores. Há o processo de licenciamento, o processo de desmonte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o processo de vendas de terras para estrangeiros, tudo isso para facilitar e pavimentar esse ataque às Unidades de Conservação. Estou muito convencido disso, a cada dia mais.

Dizem que pressões indiretas estão salvaguardadas, mas nós não acreditamos nisso. A Malu falou muito bem sobre a contaminação dos rios, dos lençóis freáticos, dos peixes. Agora, na sequência, vai-se confirmar a contaminação



dos povos tradicionais que ali vivem. Há uma série de estudos já encaminhados que demonstram a contaminação por metais pesados, como mercúrio e chumbo, na região.

Outro elemento importante é quando se fala de desmatamento, e o Edson fala disso. Com todo o respeito, Edson — eu admiro muito você e seu trabalho —, não dá para entender por que está previsto, no compromisso da NDC brasileira com o acordo climático, que o Brasil vai parar com o desmatamento ilegal somente em 2030. Isso é muito complexo. É uma falta de ambição total! O desmatamento ilegal tem que ser coibido imediatamente.

Vale dizer que essa é uma área onde há, de acordo com dados do IMAZON — Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, uma cobertura florestal praticamente virgem. Pouco mais de 1% da região da RENCA foi desmatado.

Então, ao abrir a mineração para grandes mineradoras, não há como não avançar no desmatamento daquela região, não há como escoar essa produção sem que haja ali desmatamento. Vão ser necessárias vias, rodovias, enfim, toda uma infraestrutura facilitada por um licenciamento mais flexível.

Nós também não entendemos ser adequado trazer isso para a legalidade e favorecer aqueles que desrespeitam as leis. É isso que está acontecendo com Jamanxim. Sob a justificativa de atender alguns interesses eventualmente legítimos, abre-se ali um espaço para que os interessados de plantão estejam prontos para ampliar o problema: de 354 mil hectares, passará a mais de 1 milhão de hectares na região do Jamanxim, sem nenhuma medida mitigatória, sem nenhuma medida de compensação.

Senhores, eu estou caminhando para o final e queria deixar mais uma pergunta: nós vamos continuar exportando material primário para depois comprar a matéria beneficiada do estrangeiro? É essa a política, é esse o desenvolvimento que nós queremos para a mineração no País? Eu não acredito que nós realmente precisamos disso.

Quais são os protocolos internacionais dessas mesmas empresas estrangeiras ao demonstraram interesse em minerar no País? Quais são os protocolos internacionais que essas empresas precisam seguir lá fora e que hoje não seguem neste País? Como a legislação brasileira vai recepcionar esses



protocolos internacionais para que obriguem as empresas estrangeiras a respeitar aqui dentro o que respeitam lá fora? Nós precisamos ir muito além: como nós reforçamos as garantias e as salvaguardas socioambientais, especialmente as das populações tradicionais?

Por fim, eu gostaria de deixar uma última mensagem. Em breve, acho que no final deste mês ou no mês que vem, haverá um encontro sobre clima. O Brasil, infelizmente, ratificou e assinou a Convenção de Minamata tardiamente. O Brasil vai participar da Convenção do Clima sem direito a voto no que tange ao processo de mercúrio. Os acordos internacionais que serão tratados sobre mercúrio não serão pontuados pelo Brasil, que não terá direito a voz nesse processo.

O nosso Governo infelizmente dormiu no ponto nesse aspecto, perdeu o prazo. Ele fez até um esforço para acelerar isso, mas o nosso material não chegou a tempo nas Nações Unidas.

Então, senhores, para finalizar, agradeço pela oportunidade de ter falado aos senhores e às senhoras sobre este processo. Quero colocar o WWF à disposição para este debate, para que ele de fato não seja somente para legitimar uma decisão que já foi tomada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Muito bem. Queria agradecer a manifestação do Michel.

Ainda temos aqui duas questões. Logo no início desta sessão, eu havia dito que estou apresentando uma proposta para regulamentar o art. 225 da Constituição Federal no que tange à Floresta Amazônica. E vou incorporar, obviamente, as contribuições que foram trazidas pelas entidades, para que possamos avançar nesta questão e, se possível, conseguir o mesmo tratamento que teve a Mata Atlântica.

Ainda falta a manifestação do Deputado Alessandro Molon e, em seguida, a do Sr. Vítor Laércio. Para que consigamos encerrar no horário combinado, talvez seja bom o Deputado Molon fazer as ponderações e, em seguida, passarmos para o Sr. Laércio, para que possamos ouvir depois a resposta daqueles para os quais foram dirigidas perguntas.

Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Tripoli, inicialmente cumprimento V.Exa., que preside estes trabalhos e foi proponente desta audiência pública, um Deputado que tem longa atuação nesta área de defesa do meio ambiente e que é uma referência para todos nós. Cumprimento a Deputada Janete Capiberibe, que também tem compromisso com a causa, é da região e tem lutado muito contra a extinção da RENCA. Cumprimento e agradeço a todos os expositores da Mesa anterior e desta.

Eu acho que esta foi uma audiência pública muito proveitosa, muito produtiva, porque ficou claro aqui que não há outra saída a não ser a revogação do decreto — não é, Deputado Tripoli? O Marcio foi feliz quando disse que a sociedade brasileira já fez esse debate. E, numa democracia, quando o povo se manifesta, cabe aos representantes do povo ouvir o povo e fazer aquilo que ele quer.

Na semana retrasada, estivemos juntos, entregando ao Presidente da Casa 700 mil assinaturas num primeiro momento, com a Frente Parlamentar Ambientalista, com as entidades aqui representadas — SOS Mata Atlântica, WWF, Greenpeace — e com representantes dos povos indígenas, cujo representante aqui eu quero saudar, agradecendo a presença e a luta, bem como a excelente manifestação feita.

Então, entregamos essas assinaturas para o Presidente na semana retrasada. E, nesta semana, numa nova iniciativa das entidades juntamente com artistas, fizemos a entrega de 1,5 milhão de assinaturas. Na ocasião, o Marcio disse bem era 1,5 milhão de assinaturas nesta semana, pois, se fosse na semana que vem, seriam 2 milhões de assinaturas e, daqui a 2 semanas, seriam 3 milhões de assinaturas.

Portanto, o povo brasileiro já chegou à sua conclusão sobre o tema: foi um erro este decreto que extingue a RENCA e, portanto, o que se quer é a revogação do decreto. Esse recado precisa ser levado pelos representantes da base até o Governo, como medida saneadora de um erro grave que foi cometido e que precisa ser corrigido — e ele será corrigido ou pelo Governo, ou pelo Parlamento, ou pela Justiça. Isso é óbvio por ser uma questão tão grave, com tanta reação nacional e internacional.



Aliás, Presidente, tenho absoluta convicção de que esse tema será tratado na Assembleia Geral da ONU da semana que vem. O Brasil vai ter que responder por isso. Todos os países estão preocupados com isso. Cito o caso da Noruega, que reduziu o financiamento à proteção da Amazônia recentemente. Os países que fazem financiamentos na área ambiental vão pressionar o País por uma resposta, porque essa é uma causa que agora toca a humanidade, uma causa que transcende, ultrapassa as fronteiras brasileiras.

É claro que a Amazônia é nossa, mas ela presta um serviço para o mundo inteiro. A responsabilidade de protegê-la é nossa, mas pensando em todo o País e em todo o mundo. E esta já é a realidade dos nossos tempos.

O Senado já aprovou a urgência de um projeto de decreto legislativo que vai suspender os seus efeitos do decreto do Presidente. Na próxima terça-feira, o Plenário do Senado vai votar esse projeto de decreto legislativo. Na semana que vem, ele virá para a Câmara, que vai votá-lo. E os efeitos do decreto do Presidente serão suspensos se, antes disso, ele não revogá-lo.

Então o Governo tem duas escolhas: ou ele revoga o decreto ou tem o decreto revogado. Alguém imagina que a Justiça vai ficar inerte a isso, que o Ministério Público, vendo essa manifestação tão evidente da sociedade brasileira, vai lavar as mãos, sobretudo num caso como esse, em que não há nenhum setor social defendendo o decreto?

Veja V.Exa., Deputado Tripoli, que a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária se apressou em dizer que não tinha nada a ver com isso. Nem os ruralistas querem defender esse decreto. Eles, que defendem as medidas mais drásticas contra o meio ambiente, disseram nesse caso: *“Opa! Esse não tem nada a ver com a gente!”*

Não há setor social que defenda essa medida. Portanto, ela não se sustentará, ela não tem base parlamentar. Não vai haver Parlamentares subindo à tribuna para defender o decreto do Presidente. Até hoje ninguém defendeu esse decreto aqui. Ninguém defendeu esse decreto! Então, ele será revogado por bem ou por mal, ou pelo Executivo, ou pelo Legislativo, ou pelo Judiciário.

Agora, a resistência do Governo em revogar o decreto aumenta as nossas suspeitas, porque o procedimento de edição desse decreto foi muito esquisito.



Depois da edição do decreto, veio à tona a notícia de que o Ministério do Meio Ambiente havia se posicionado contra ele. Mas será que um órgão tão importante como o Ministério do Meio Ambiente não foi ouvido nesse momento?

Por essa razão, já recolhemos assinaturas para criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito — CPMI. As assinaturas da Câmara já foram atingidas, faltam as do Senado. Quanto mais o Governo demora em revogar o decreto, mais energia nós temos para recolher as assinaturas.

E a CPMI não vai ser só sobre o decreto, vai ser sobre o que motivou o decreto. Por que ele foi anunciado antecipadamente aos investidores estrangeiros? Por que o parecer do Ministério do Meio Ambiente foi desprezado?

Portanto, o Parlamento vai ter que avançar à medida que o Governo não recua. E eu acho que esse é um recado que deve ser levado ao Governo o quanto antes, para que possamos gastar a nossa energia enfrentando outros problemas da área ambiental que o Michel tão bem mencionou aqui, o resto do pacote de maldades. Nós queríamos tirar a RENCA do caminho, para poder nos dedicar a esse pacote. Agora, se ela não for retirada, ela será o nosso principal foco. E a mobilização não vai diminuir, ela vai aumentar, com o número de assinaturas, os artistas, as ONGs, a pressão sobre o Parlamento, o decreto-legislativo, a ação na Justiça e a CPMI.

Se o Governo revogar o decreto, naturalmente não haverá necessidade disso, e nós poderemos cuidar dos outros assuntos que tanto nos preocupam, já que iremos ficar um pouco mais tranquilos em relação a essa área.

É esse o meu recado nesta manhã, Presidente. Eu agradeço e cumprimento V.Exa. e a Deputada Janete. Também agradeço a todos que têm lutado tanto contra esse decreto, como o Greenpeace, o WWF, a SOS Mata Atlântica, a APIB, os waiãpis e outros povos indígenas e demais entidades que compõem a Frente Parlamentar Ambientalista e que hoje eventualmente não puderam estar aqui, mas que têm feito muito por essa causa. São muitas outras ONGs e muitos outros militantes que estão conosco nessa luta.

Parabéns, Deputado Tripoli! Obrigado por esta audiência pública que V.Exa. e a Deputada Janete nos permitiram realizar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Nós que agradecemos a sua participação, Deputado Molon, que, na verdade, representa centenas de Deputados desta Casa que subscreveram a Frente Parlamentar Ambientalista. A colaboração que V.Exa. presta é extremamente importante para essa causa que é tão nobre e tão importante para todos nós.

Antes de passar a palavra ao Vitor, tenho aqui perguntas feitas pelos internautas e que depois vou repassar a todos os que estão nesta reunião, por conta do tempo. Mas registro a participação do Guaraci Mendes, porque é dirigida diretamente à FUNAI:

Em meio a todas essas medidas que repercutem tão mal lá fora, existe uma política de fortalecimento da FUNAI por parte do Legislativo e do Executivo, para que se acompanhe e atenda as populações diretamente afetadas? Existe a previsão de contratação dos indigenistas aprovados no concurso de 2016?

Então, deixo aqui o questionamento do Guaraci, que vamos encaminhar ao órgão.

Tem a palavra o Vitor Laércio, que é da associação dos aprovados no concurso da FUNAI.

O SR. VITOR LAÉRCIO SANTOS - Eu gostaria de saudar todos.

Vou ser bem breve em respeito ao tempo. O Guaraci enviou uma pergunta pertinente. Eu já faço um gancho com o que a Deputada Janete Capiberibe e o Michel dos Santos falaram, perguntando, bem objetiva e rapidamente, à Sra. Renata Furtado, que é do Gabinete de Segurança Institucional — ela não se encontra aqui —, o que ela quis dizer com política indigenista adequada e com a resolução de irregularidades na política indigenista, visto que a FUNAI ultimamente tem trabalhado com apenas 30% do seu efetivo.

À Sra. Maria Salum, que falou sobre salvaguardas na exploração, eu pergunto quais são essas salvaguardas. Até em texto da revista *Veja* a gente consegue depreender que não se pode confiar em salvaguardas do Governo quando se trata de populações indígenas e meio ambiente.



O caso do concurso da FUNAI, como o Guaraci colocou, foi uma salvaguarda para a instalação da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Disseram que era uma salvaguarda e que iriam fortalecer a FUNAI. Mas a Usina de Belo Monte já está funcionando há bastante tempo, e esse concurso continua engavetado, bem embaixo, numa gaveta da mesa do Dyogo Oliveira. Eu mesmo já falei com ele, que sabe do concurso. Todos sabem do concurso, mas não podem chamar os concursados porque parece que precisam da FUNAI para alocar indicações políticas.

Então, eu queria saber quem vai proteger os índios não só da região da RENCA. Na verdade, a riqueza da RENCA são as populações indígenas, além da mata. Vão fazer o quê? Vão tirar os 30% que restam protegidos pela FUNAI e colocá-los no Amapá e no Pará, para poder liberar o pessoal aqui embaixo e fazer a exploração das terras indígenas? Vão recompor esse quadro da FUNAI já tão defasado, algo que é urgentemente necessário?

Gostaria de uma resposta direta, até do Presidente Michel Temer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Vamos fazer o seguinte: como você dirige uma pergunta à Dra. Renata e à Dra. Maria José, elas podem nos responder, e nós lhe encaminharemos a resposta. Digo isso até porque a Deputada Janete ainda quer fazer uso da palavra. Se houver um tempinho, repassamos as duas respostas.

Há questões que foram feitas colocadas pelo Marcio Astrini, pelo Michel e pelo Kutanan. Seria importante que eles nos remetessem não só o material que foi exibido durante as palestras, mas também as respostas às indagações, para que isso possa tanto ser absorvido na Comissão como retransmitido aos interessados. Combinado? *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe. Peço a S.Exa. que seja extremamente breve, para que possamos encerrar no horário.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar nesta audiência pública em que represento a Comissão da Amazônia, visto que o objeto do debate diz respeito à Região Amazônica.

Então, quero comentar rapidamente o seguinte: o Kutanan colocou, com muita clareza, o desrespeito do Governo brasileiro em relação à legislação nacional,



à Constituição de 88 e às convenções internacionais das quais o País é signatário. Ele também colocou com muita clareza que as populações indígenas respeitam e obedecem à lei, ao contrário do que acontece por parte do atual Governo.

Tenho algo a dizer ao Edson, que representa aqui o Ministério do Meio Ambiente e que fez uma associação entre o crescimento orçamentário do órgão e a diminuição do desmatamento. Quero me referir à FUNAI, onde ocorre algo inversamente proporcional: o orçamento da FUNAI foi reduzido em quase 50%; e o corpo técnico, em 20%. Os técnicos especializados — foi colocado aqui pelos expositores — estão sendo substituídos por indicações partidárias, do PSC. Tenho que dizer isso aqui. Enquanto isso, os povos indígenas de todo o Brasil ficam vulneráveis.

Eu fiz parte da CPI da FUNAI e do INCRA, que também foi um forte incentivo para o enfraquecimento da política indigenista no Brasil, junto com o sucateamento da FUNAI e com o encaminhamento de legislação que permite a mineração em subsolo de terra indígena, o Projeto de Lei nº 1.610, de 1996, entre outras matérias que tramitam nesta Casa há muito tempo.

A CPI da FUNAI e do INCRA aproveitou para incluir no seu relatório, por decisão dos Parlamentares que a compunham, ruralistas na maioria, a aprovação dessa legislação, que passaram a colocar diretamente. E é de dentro do Palácio do Planalto que está saindo todo esse retrocesso relacionado com a mineração, com as populações tradicionais, com o meio ambiente.

A unanimidade nesta reunião é a necessidade da revogação desse decreto. Temos 120 dias. Nós avançamos ao mesmo tempo — até em paralelo com o que foi colocado pelo Deputado Molon —, apresentando um projeto de lei com os Parlamentares do PSOL, para ser aprovada a revogação da RENCA.

Vou citar dois exemplos. Com relação à SAMARCO, devido ao desastre que aconteceu em Mariana, está comprovado que não existe segurança. Ela é uma das maiores mineradoras do mundo. Estão aí os povos indígenas crenques sendo afetados duramente com o derramamento de poluentes ao longo do Rio Doce. Há outro caso no Amapá, na década de 60, quando houve a concessão para exploração, por 50 anos, de manganês na Serra do Navio, ao lado do Município de



Pedra Branca, onde estão os indígenas waiãpis e alguns uaianas e apalais, no Parque do Tumucumaque, do lado do Pará.

Eu aproveito a sua exposição, Renata, para dizer que nós vamos encaminhar um documento ao GSI, pedindo a presença do Governo lá no Município de Santana, onde está um porto para onde o manganês era drenado pela estrada de ferro. Os rejeitos que estão ali empilhados impactam profundamente as populações ribeirinhas do Município. É visível isso. O que você colocou foi muito oportuno para fazermos esse encaminhamento e pedir essa pesquisa, para que providências sejam tomadas, porque montanhas desse rejeito estão ali empilhadas. Esse é um exemplo muito ruim de mineração no Brasil, no caso, no nosso Amapá.

O Marcio Astrini coloca — foi muito boa a sua participação nesse aspecto — sobre a mobilização do Parlamento europeu, que se manifesta em conjunto com o MERCOSUL, uma vez que o Brasil não cumpre os tratados internacionais dos quais é signatário.

Cito, por exemplo, com relação aos povos indígenas e populações tradicionais, a instituição de barreiras humanitárias. O que significa isso? Significa que os países passam a não consumir e a fazer propaganda contra os produtos que saem do nosso País molhados pelo sangue das populações indígenas. Essa, no momento, é a única saída que eu vislumbro enquanto não se revoga o decreto de extinção da RENCA.

Enfim, Sr. Presidente, nós dois, da Comissão de Meio Ambiente da Comissão da Amazônia, estamos presidindo esta Mesa.

Eu quero dizer que, junto com o Senador Capiberibe, estive, na semana passada, numa reunião com a UNESCO. Nesta semana, reunimo-nos com a Reitora da Universidade Federal do Amapá e com a Universidade Estadual do Amapá, para que a Universidade Federal do Amapá crie uma cátedra sobre o está acontecendo ali com a RENCA e para que, em conjunto com a UNESCO, as populações tradicionais e as organizações não governamentais, as que estão aqui nesta Mesa e as que não estão presentes, mas que atuam no nosso Estado do Amapá, seja ali criada uma reserva da biosfera. Nós vamos fundo nessa questão.

Encerro, Presidente, e passo a V.Exa. a palavra. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço à Deputada Janete Capiberibe, minha colega e companheira, proponente desta audiência juntamente comigo. Eu acho que as duas Comissões conseguiram ter um êxito fantástico. A Deputada tem premonição porque, assim que falou no Senador, ele adentrou o plenário da nossa Comissão, o que demonstra que há uma sintonia fina entre os dois.

Eu fico muito honrado em tê-lo aqui, Senador. Obrigado pela presença e pelo apoio às causas ambientais.

Chegamos ao horário, são 13h02min. Agradeço muito a presença de todos os que vieram aqui, dos representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Minas e Energia, do GSI, representado pela Dra. Renata Furtado, e das entidades não governamentais.

Eu acho que esta é a primeira reunião em que se discute a questão da RENCA. Como foi dito, seria importante se nós tivéssemos tido a oportunidade de realizar esta reunião antes, pois quem sabe o objetivo teria sido alcançado muito mais rapidamente.

Não há um preconceito, há, na verdade, a possibilidade do debate e de busca de uma solução. Agora, a maneira agressiva como isso se deu realmente causou constrangimento não só à sociedade brasileira, mas ao Parlamento como um todo, pois atingiu todos nós da Câmara Federal e do Senado Federal.

Isso, com certeza, vai demandar várias reuniões e atitudes, como foi dito aqui. Nós estamos aguardando que o Governo, obviamente, revogue o decreto por definitivo e diga exatamente quais são os propósitos da ocupação daquela área e da exploração da biodiversidade, até porque o Brasil é um dos países que mais sofre biopirataria.

A área de segurança poderia atuar muito nessa questão. Não existem institutos de pesquisa nos nove Estados brasileiros que compõem a Floresta Amazônica. Por que não instalamos institutos de pesquisa lá? Eu me lembro de que, na Rio 92 ou Eco 92, os alemães diziam que existiam 18 mil espécies não identificadas no maior berço da biodiversidade do planeta, que é a Floresta Amazônica.

Assim sendo, agradeço muito a gentileza e o carinho de todos. Vamos continuar nessa luta, que não é só do Parlamento, mas de todos os brasileiros.

Muito obrigado.